



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Mariana

Protocolado sob nº 41

Projeto de Lei nº _____ /2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

Em 29/05/16 / BG.56
Bárbara Egumes

"Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2017 do Município de Mariana e dá outras providências."

O Povo do município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2017, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública municipal;
- II - as orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - as disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - os critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII - as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX - a autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X - os parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI - a definição de critérios para início de novos projetos;
- XII - a definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII - o incentivo à participação popular;
- XIV - as disposições gerais.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 13 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

SEÇÃO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em atendimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e prioridades para o exercício financeiro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

2017 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2017 deverá ser elaborado em consonância com as Metas e Prioridades estabelecidas na forma do "caput" deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2017 conterá demonstrativo da observância das Metas e Prioridades estabelecidas na forma do "caput" deste artigo.

SEÇÃO II Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

SUBSEÇÃO I Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017.

Art. 4º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 5º. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964; *13 / 06 / 2016*

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo Único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no "caput", os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para fins do atendimento do disposto na Lei nº 11.494/2007;

MARIANA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
Presidente *Secretário*
13 / 06 / 2016

MARIANA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
Presidente *Secretário*
13 / 06 / 2016

Presidente

Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2017 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2016, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo Único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa das receitas e despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo Único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no "caput", os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 30 de julho de 2016, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no "caput" deste artigo não poderão ser anulados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

SUBSEÇÃO II Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

100% APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13. Na lei orçamentária para o exercício de 2017, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

SUBSEÇÃO III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (hum por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2017 destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

SEÇÃO III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

SUBSEÇÃO I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar às normas do "caput", no exercício financeiro de 2017 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

Presidente

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SUBSEÇÃO II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2017 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento pela realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situação emergencial de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no "caput" deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

SEÇÃO IV

Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2017, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária.

Art. 21. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão anuladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2017.

§ 2º. No caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no "caput", poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 23 / 06 / 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

SEÇÃO V Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2017 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2017 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2017 a 2019, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo Único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em consideração as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:

- a) a implementação das medidas previstas no art. 19 desta Lei;
- b) atualização do cadastro imobiliário;
- c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas, a utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
of Presidente Secretário

SEÇÃO VI Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no "caput" do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2017.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no "caput" deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
of Presidente Secretário

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no "caput" deste artigo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
of Presidente Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

SEÇÃO VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado das ações e dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados das ações e dos programas de governo.

§ 1º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 2º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

SEÇÃO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I - às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esportes ou cultura;

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo Único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2017 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esportes, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Lei Orçamentária conterá dotações que permitam ao Município firmar e honrar os convênios celebrados para atender às despesas de custeio com órgãos do Estado e da União.

§ 2º - O Poder executivo Municipal poderá firmar com outras esferas de Governo, com entidades estatais ou paraestatais, convênios, ajustes ou acordos que visem a implementação de serviços e obras previstos no Plano Plurianual, que exijam contrapartida do erário, cessão de espaço público, ou transferência de tecnologia.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 32 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Exetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o "caput" deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo Único. As normas do "caput" deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 10 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 07 / 06 / 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

SEÇÃO IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros entes da Federação

Art. 37. É permitida a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo Único. A realização da despesa definida no "caput" deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/93.

SEÇÃO X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2017, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao "caput" deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2017, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2017;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o "caput" deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

SEÇÃO XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, serão iniciados novos se

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

EM 27 / 06 / 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2014-2017 e com as normas desta Lei;
- II - as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV - os recursos alocados destinarem-se às contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo Único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cujo processo de contratação iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2017, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2016.

SEÇÃO XII Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos Incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

SEÇÃO XIII Do Incentivo a Participação Popular

Art. 41. A Administração Municipal deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento relativo ao exercício financeiro de 2017.

Parágrafo Único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

SEÇÃO XIV Das Disposições Gerais

Art. 42. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transferir, remanejar ou transpor, total ou parcialmente, os saldos das dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2017 e em seus créditos adicionais.

§ 1º. Os saldos das dotações orçamentárias, aprovados na lei orçamentária de 2017 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados por meio de decreto para atender às necessidades de execução, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei 4.320/1964 e da Constituição da República.

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 10 / 06 / 2016

[Assinatura]

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 13 / 06 / 2016

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente *[Assinatura]*
Secretário *[Assinatura]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 45. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 46. Se o projeto de lei orçamentária de 2017 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V - demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e,
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

MARIA... IPAL DE M...
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente
Secretário

§ 1º. As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2017, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do "caput", o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2017 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 47. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Metas Fiscais;
- II - Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana/MG, 24 de Maio de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior
Prefeito Municipal

Presidente
Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
Presidente
Secretário



ESTADO DE MINAS GERAIS
Prefeitura Municipal de Mariana

LDO

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo de Metas Fiscais

2017

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 17 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

SEPLAG – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Assessoria Técnica de Planejamento e Gestão

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Balancete: Alteração em 15/04/2016 (0)

LRF, art 4º, § 1º

Especificação	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a)	2017		2018		2019	
			% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b)	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)
Receita Total	290.000.000,00	276.190.476,19	62,017	298.700.000,00	270.929.705,22	60,211	307.661.000,03	265.767.991,53
Receitas Primárias (I)	281.939.700,00	268.514.000,00	60,294	290.397.891,00	263.399.447,62	58,537	289.169.327,77	258.381.199,32
Despesa Total	290.000.000,00	276.190.476,19	62,017	298.700.000,00	270.929.705,22	60,211	307.661.000,03	265.767.991,53
Despesas Primárias (II)	289.876.850,00	276.073.190,48	61,991	298.573.155,50	270.814.653,51	60,185	307.530.350,19	265.655.131,77
Resultado Primário III = (I)-(II)	(7.937.150,00)	(7.559.180,48)	(11,697)	(8.175.264,50)	(7.415.205,90)	(1,648)	(8.420.522,42)	(7.273.932,45)
Resultado Nominal	(6.308.597,24)	(6.008.187,85)	(1,349)	(6.624.027,10)	(6.008.187,85)	(1,335)	(7.167.818,41)	(6.191.804,30)
Dívida Pública Consolidada	1.040.000,00	990.476,19	0,222	730.000,00	662.131,52	0,147	766.500,00	662.128,66
Dívida Consolidada Líquida	(131.440.542,09)	(125.181.468,66)	(28,109)	(138.374.569,19)	(125.509.813,32)	(27,893)	(145.505.887,60)	(125.592.913,63)
								(27,934)

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
Inflação média (% anual)	5,000	5,000	5,000
PIB estadual previsto	467.610.000,00	496.090.000,00	520.894.500,00
PIB estadual realizado	0,00	0,00	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

[Assinatura]
 Presidente

[Assinatura]
 Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

[Assinatura]
 Presidente

[Assinatura]
 Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

[Assinatura]
 Presidente

[Assinatura]
 Secretário

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

(do: Alterações em 15/04/2016 (C) Realização da despesa por: Envelope)

cRF, art 4º, § 2º, Inciso I

Especificação	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação		R\$ 1,00
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	375.600.000,00	83,467	308.534.501,42	67,810	(67.065.498,58)	(17,856)	
Receitas Primárias (I)	363.315.160,75	80,737	295.414.555,01	64,920	(67.900.605,74)	(18,680)	
Despesa Total	375.600.000,00	83,467	311.741.656,51	68,515	(63.858.343,49)	(17,002)	
Despesas Primárias (II)	375.447.800,00	83,433	311.632.624,50	68,491	(63.815.175,50)	(16,997)	
Resultado Primário (III) = (I-II)	(12.132.639,25)	(2,696)	(16.218.069,49)	(3,564)	(4.085.430,24)	33,673	
Resultado Nominal	(95.931.008,37)	(21,318)	21.781.795,86	4,787	117.712.804,23	(122,706)	
Dívida Pública Consolidada	138.630,22	0,031	33.036,43	0,007	(105.593,79)	(76,189)	
Dívida Consolidada Líquida	(119.342.378,15)	(26,521)	(19.174.351,10)	(4,214)	100.168.027,05	(83,933)	

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ 1,00
PIB estadual previsto para 2015	450.000.000,00
PIB estadual realizado para 2015	455.000.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
Série: Alteração em 15/04/2016 (C)

LEI, art. 4º, § 1º

Especificação	Valores a Preços Correntes					2018	2019	%
	2014	2015	%	2016	%			
Receita Total:	342.345.000,00	375.600.000,00	9,710	300.000.000,00	(20,130)	296.700.000,00	(3,330)	307.661.000,03
Receitas Primárias (I)	331.943.961,00	363.315.160,75	9,480	290.175.000,00	(20,130)	281.939.700,00	(2,840)	299.109.827,77
Despesa Total	350.082.640,92	378.781.433,96	8,200	300.006.000,00	(20,800)	290.000.000,00	(3,330)	298.700.000,00
Despesas Primárias (II)	349.550.640,92	378.629.235,66	8,310	299.847.700,00	(20,810)	289.876.850,00	(3,330)	298.573.156,50
Resultado Primário III = (I-II)	(17.746.679,92)	(15.314.072,91)	(13,710)	(9.672.700,00)	(7.937.150,90)	(17,940)	(8.175.264,50)	3.000
Resultado Nominal	0,00	(95.931.008,37)	—	(6.690.936,46)	(93.030)	(6.308.597,24)	(5,710)	(8.420.522,42)
Divida Pública Consolidada	1.800.000,00	138.630,22	1.400.000,00	909.880	1.040.000,00	(25,710)	(6.624.027,10)	5.000
Divida Consolidada Líquida	(21.750.000,00)	(119.342.378,15)	448.700	(124.771.944,85)	4.550	(131.440.542,09)	(29,810)	786.500,00
					5.340	(138.374.569,19)	5.260	(145.505.887,50)
								5.150

Especificação	Valores a Preços Constantes					2018	2019	%
	2014	2015	%	2016	%			
Receita Total:	366.309.150,00	375.600.000,00	2,540	300.000.000,00	(20,130)	278.190.476,19	(7,940)	270.929.705,22
Receitas Primárias (I)	355.073.038,27	363.315.160,75	2,220	291.984.400,00	(19,630)	268.514.000,00	(8,040)	263.359.447,62
Despesa Total	374.586.425,78	378.781.433,96	1,120	300.000.000,00	(20,400)	276.190.476,19	(7,940)	270.929.705,22
Despesas Primárias (II)	374.001.985,78	378.629.235,66	1,080	299.847.700,00	(20,810)	275.073.190,48	(7,930)	270.814.953,51
Resultado Primário III = (I-II)	(18.986.947,51)	(15.314.072,91)	(19,350)	(7.863.306,00)	(48,650)	(7.559.190,46)	(3,870)	(7.273.932,45)
Resultado Nominal	0,00	(95.931.008,37)	—	(6.008.187,85)	(93.740)	(6.008.187,85)	0,000	(6.191.804,30)
Divida Pública Consolidada	1.926.000,00	138.630,22	920.800	990.476,19	614.470	990.476,19	0,000	662.131,52
Divida Consolidada Líquida	(23.272.500,00)	(119.342.378,15)	412.800	(125.181.468,66)	4.880	(125.181.468,66)	0,000	(125.509.813,32)
								0,150

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2014	2015	2016	2017	2018	2019
6.400	7.000	5.600	5.000	5.000	5.000

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
Presidente _____
Secretário _____

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
Presidente _____
Secretário _____

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente _____
Secretário _____

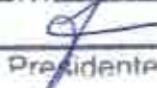
RF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	265.626.752,00	100,00	267.643.391,00	100,00	181.403.262,00	100,00
TOTAL	265.626.752,00	100,00	267.643.391,00	100,00	181.403.262,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-18.020.909,00	100,00	20.745.738,00	100,00	12.576.654,00	100,00
TOTAL	-18.020.909,00	100,00	20.745.738,00	100,00	12.576.654,00	100,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016
 
 Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016
 
 Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016
 
 Presidente Secretário

**ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE MARIANA**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrative V/I/B/E att 4° 52° 53° (III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	89.477,00	844.700,00	-
Alienação de Bens Imóveis	89.477,00	844.700,00	-
Total			-

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	-	1.151.763,00	-
Inversões Financeiras	-	1.151.763,00	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Total	1.451.763,00	1.451.763,00	1.451.763,00

SALDO FINANCEIRO	$(g) = ((a - b c) + d e)$	$(h) = ((l(b - l e) + l m))$	$(i) = ((c - l f))$
VALOR (III)	11.223,97	1.073.509,97	228.809,97

class

o saldo anterior na conta bancária de alienação de bens em 31/12/12 é R\$ 215.746,39 + R\$ 13.063,40 = R\$ 228.809,79.

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30/06/2016
J. S.
Presidente S. J.
Secretaria

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIAN
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
J
Presidente J Sessão

CAMARA MUNICIPAL DE MARIAN
APROVADO POR UNANIMIDAD
EM 27 / 06 / 2016
 Presidente  Secretaria

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

MF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.838.157,50	14.574.896,48	17.334.961,80
RECEITAS CORRENTES	9.838.157,50	14.574.896,48	17.334.961,80
Receita de Contribuições dos Segurados	6.212.534,76	6.386.790,02	7.022.332,55
Pessoal Civil	6.212.534,76	6.386.790,02	7.022.332,55
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.625.333,46	8.106.394,32	10.311.919,78
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	289,28	81.712,14	709,47
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	289,28	81.712,14	709,47
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.663.443,35	11.815.669,08	12.749.368,01
RECEITAS CORRENTES	10.663.443,35	11.815.669,08	12.749.368,01
Receita de Contribuições Patronais	10.663.443,35	11.815.669,08	12.749.368,01
Pessoal Civil	10.663.443,35	11.815.669,08	12.749.368,01
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	19.501.600,85	26.390.565,56	30.084.329,81
DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.906.254,13	3.890.809,96	5.119.202,08
ADMINISTRAÇÃO	351.863,14	378.604,64	493.323,85
Despesas Correntes	351.863,14	378.604,64	482.185,35
Despesas de Capital	0,00	0,00	11.138,50
PREVIDÊNCIA	2.554.390,99	3.512.205,32	4.625.878,23
Pessoal Civil	1.119.502,52	1.705.102,65	2.310.989,02
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.869.776,94	3.614.205,34	4.629.778,42
Presidente	0,00	0,00	0,00
Secretário	1.434.888,47	1.807.102,67	2.314.889,21
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016Presidente  Secretário CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016Presidente  Secretário 

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

MF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	5.152,19
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	5.152,19
Despesas Correntes	0,00	0,00	5.152,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	5.152,19
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Dernais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	2.906.254,13	3.890.809,96	5.124.354,27
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	16.595.346,72	22.499.755,60	24.959.975,54
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	68.814,00	114.961,00	142.862,00
Plano Financeiro	68.814,00	114.961,00	142.862,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	68.814,00	114.961,00	142.862,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	68.814,00	114.961,00	142.862,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	11.252.339,50	15.394.700,00	16.542.300,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

**ANEXO 5. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LRF ART. 4º, § 2º,
INCISO IV**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
LRF Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alinea a (R\$ 1,00)**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2014	26.396.677,83	3.890.809,96	22.505.867,87	84.667.449,41
2015	21.341.415,75	4.731.326,17	16.610.089,58	69.213.563,11
2016	22.613.579,55	5.347.104,17	17.266.475,38	86.480.038,49
2017	23.853.271,79	7.202.314,50	16.650.957,29	103.130.995,78
2018	25.107.523,42	9.102.073,47	16.005.449,95	119.136.445,73
2019	26.404.786,81	10.442.576,70	15.962.210,11	135.098.655,84
2020	27.733.145,48	11.763.172,96	15.969.972,52	151.068.628,36
2021	29.117.782,50	12.978.943,23	16.138.839,27	167.207.467,63
2022	30.561.895,42	14.278.296,96	16.283.598,45	183.491.066,09
2023	32.041.614,64	15.746.866,21	16.294.748,43	199.785.814,52
2024	33.583.379,39	16.937.911,08	16.645.468,31	216.431.282,82
2025	35.148.820,50	18.903.593,00	16.245.227,50	232.676.510,33
2026	36.756.424,94	20.499.034,86	16.257.390,08	248.933.900,40
2027	38.415.687,83	21.976.515,25	16.439.172,58	265.373.072,98
2028	40.097.770,82	24.005.572,04	16.092.198,78	281.465.271,76
2029	41.790.027,38	26.309.653,74	15.480.373,64	296.945.645,41
2030	43.497.934,92	28.315.635,59	15.182.299,33	312.127.944,74
2031	45.200.869,84	30.976.045,85	14.224.823,99	326.352.768,72
2032	46.894.744,54	33.635.358,37	13.259.386,17	339.612.154,89
2033	48.617.180,61	35.664.381,97	12.952.798,64	352.564.953,54
2034	50.395.367,45	37.282.265,06	13.113.102,39	365.678.055,93
2035	52.168.029,01	39.633.124,36	12.534.904,65	378.212.960,58
2036	53.944.124,47	42.504.708,34	11.439.416,13	389.652.376,71
2037	55.664.426,74	44.916.428,61	10.747.998,13	400.400.374,84
2038	57.398.202,15	46.715.270,32	10.682.931,83	411.083.306,67
2039	59.097.099,34	48.625.868,46	10.471.230,88	421.554.537,56
2040	60.817.713,28	50.492.018,77	10.325.694,51	431.880.232,07
2041	62.494.610,18	52.655.265,96	9.839.344,22	441.719.576,29
2042	64.136.592,72	54.778.658,22	9.357.934,50	451.077.510,79
2043	65.793.373,71	56.055.809,34	9.737.564,37	460.815.075,16
2044	67.473.566,53	57.465.184,25	10.008.382,28	470.823.457,44
2045	69.168.682,23	58.478.933,19	10.689.749,04	481.513.206,48
2046	70.877.606,37	60.290.539,12	10.587.067,25	492.100.273,73
2047	71.662.286,46	61.587.591,38	10.074.695,08	502.174.968,81
2048	72.481.451,76	62.554.599,34	9.926.852,42	512.101.821,23
2049	73.282.752,64	63.263.897,21	10.018.855,43	522.120.676,66
2050	74.117.814,62	63.778.996,11	10.338.818,51	532.459.495,16

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

Avaliação Atuarial

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Estatutário VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

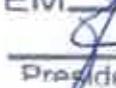
WMP - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
Itens/Juros de Mora Div. Alív. a/ IPTU	Arresto	PRÓPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS URBANOS/MUNICÍPIO	59.000,00	50.000,00	50.000,00	O art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF prevê duas possibilidades para a renúncia de receita: - a primeira hipótese que possibilita a renúncia da receita (art.14, I, da LRF) é a comprovação pelo chefe do Poder Executivo que a renúncia foi considerada na previsão das receitas, na Lei Orçamentária Anual - LOA e de que ela não afetará as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; já a segunda hipótese de renúncia de receita (art.14, II, da LRF) exige que ela seja prevista no Demonstrativo VII, bem como seja apresentada a sua forma de compensação, a qual deve ocorrer necessariamente por meio do aumento de rotina tributária (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição). O Município de Mariana não tem previsão até o momento de realizar um REFIS - Refinanciamento Fiscal e com isto promover anulação de multas e juros de qualquer tributo ao qual tenha poder de intarifá. Diante da ausência de previsão de renúncia de receita para 2017, desacaracteriza-se o entendimento no que se refere à art.14, II da LRF. Portém, caso o Executivo Municipal, no decorrer do ano, identificar a necessidade de promover condições ideais para a população Marianaense quitar ou tornar acessível seus débitos tributários, fará a cargo da Administração em atender o que determina o art.14, I, da LRF, compensando por meio da redução da receita prevista na LDO-2017 e, acompanhada da declaração de que tal redução não afetará as metas fiscais previstas na LDO-2017. Na oportunidade ainda informamos que o Município de Mariana não tem previsão para expansão de nenhuma DOCC - Despesas Obrigatórias de Capital Contingente, pois não tem previsão neste LDO-2017 nenhuma previsão de aumento de pessoal e nenhum novo programa da "Ação / Atividade" que caracteriza uma DOCC. Apesar de não termos DOCC prevista neste LDO-2017, temos novidades a nível de "Ação / Projeto", porém este tem características de inicio e fim programado, logo não caracteriza uma DOCC. Diante disposto, justifica-se a ausência do Demonstrativo VII exigência do art.14, V da LRF - sem informações quantificadas, ou seja, zerado.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 17 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

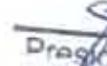
EM 13 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

REF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
Itas/Juros de Moro Unif. Ativ. a 5% Arispa		PROPRIETÁRIOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MUNICÍPIO	15.000,00	15.000,00	15.000,00	O art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF prevê duas possibilidades para a renúncia da receita: - a primeira hipótese que possibilita a renúncia da metade (art.14, I, da LRF) é a comprovação pelo chefe do Poder Executivo que a renúncia foi considerada na previsão das receitas. na Lei Orçamentária Anual - LOA e de que ela não afetará as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; - já a segunda hipótese de renúncia de receita (art.14, II, da LRF) exige que ela seja prevista no Demonstrativo VII, bem como seja apresentada a sua forma de compensação, e que deve ocorrer necessariamente por meio de aumento da receita tributária (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição). O Município de Mariana não tem previsto até o momento de realizar um REFIS - Refinanciamento Fiscal e com isso promover alívio de multas e juros de quitação tributária ao qual tenha poder de intervir. Diante da ausência de previsão de renúncia de receita para 2017, desacarreta-se o entendimento no que se refere o art.14, II da LRF. Portanto, caso o Executivo Municipal não cometer os atos identificados a necessidade de promover condições ideais para a população Mariana quitar ou tornar acessível seus débitos tributários, ficará a cargo da Administração em entender o que determina o art.14, I, da LRF, compensando por meio da redução da receita prevista na LDO-2017 e acompanhando de declaração de que tal redução não afetará as metas fiscais previstas na LDO-2017. Na oportunidade ainda informa-se que o Município de Mariana não tem previsão para expansão de nenhum DOCC - Despesas Obrigatórias de Caráter Contingente, pois não tem previsto nessa LDO-2017 nenhuma previsão de aumento de pessoal e nenhum novo programa ou 'Ação / Atividade' que caracterize uma DOCC. Apesar de não termos DOCC prevista nessa LDO-2017, temos novidades a nível de 'Ação / Projeto', porém estas tem características de inicio e fim programados, logo não caracteriza uma DOCC. Diante do exposto justifica-se o envio do Demonstrativo VII exigido no art.14, V da LRF - sem informações qualificadas, ou seja, zerado.

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 27/06/2016PresidenteSecretárioCAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 23/06/2016PresidenteSecretárioCAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 30/06/2016PresidenteSecretário

REF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
Itens e Juros de Mora da Dívida Alta da Outras Tributos	Arista	CONTRIBUINTES INADIMPLEMENTES COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL/MUNICÍPIO	60.000,00	60.000,00	60.000,00	O art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF prevê duas possibilidades para a renúncia da receita: - a primeira hipótese que possibilita a renúncia da receita (art.14, I, da LRF) é a comprovação pelo chefe do Poder Executivo que a renúncia foi considerada na previsão das receitas na Lei Orçamentária Anual - LOA e de que ela não afetará as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; - à segunda hipótese de renúncia de receita (art.14, II, da LRF) exige que est seja prevista no Demonstrativo VII, bem como seja apresentada a sua forma de compensação, a qual deve ocorrer necessariamente por meio do aumento da receita tributária (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição); O Município de Mariana não tem previsto até o momento de realizar um REFS - Refinanciamento Fiscal e com isse promover anistia de multas e juros de qualquer tributo ao qual tenha podido de intérss. Diante da ausência da previsão de renúncia de receita para 2017, desanuncia-se o atendimento no que se refere o art.14, II da LRF. Portanto, caso a Executiva Municipal, no decorrer do ano, identificar a necessidade de promover condições ideais para a população Marianense quitar ou tornar acessíveis seus débitos tributários, ficará a cargo da Administração em atender o que determina o art.14, I, da LRF, compensando por meio da redução da meta prevista na LDO-2017 e acompanhada de declaração de que tal redução não afetará as metas fiscais previstas na LDO-2017. Na oportunidade ainda informamos que o Município de Mariana não tem prevista para a expansão da renda DOCC - Despesas Obrigatórias de Caráter Contínuo, pois não tem prevista nessa LDO-2017 nenhuma previsão de aumento de pessoal e remunir novo programa ou "Ação / Atividade" que caracteriza uma DOCC. Apesar de não termos DOCC prevista nesta LDO-2017, temos consciência e objetivo de "Ação / Projeto", porém este tem características de inicio e fim programado, logo não caracteriza uma DOCC. Diante do exposto, justifica-se o envio do Demonstrativo VII exigência do art.14, V da LRF - sem informações quantificadas, ou seja, zulado.

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 27/06/2016 Presidente SecretárioCAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 23/06/2016 Presidente SecretárioCAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 20/06/2016 Presidente Secretário

(art. 8º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário:	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2017	2018	2019	
						O art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF prevê duas possibilidades para a renúncia da receita: - a primeira hipótese que possibilita a renúncia da receita (art.14, I, da LRF) é a comprovação pelo chefe do Poder Executivo que a renúncia foi considerada na previsão das receitas na Lei Orçamentária Anual - LOA e de que ela não afetará as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; - já a segunda hipótese de renúncia de receita (art.14, II, da LRF) exige que ela seja prevista no Demonstrativo VII, bem como seja apresentada a sua forma de compensação, a qual deve ocorrer necessariamente por meio do aumento de receita tributária (elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição). O Município de Mariana não tem previsão até o momento de realizar um REFIS - Refinanciamento Fiscal e caso isso promover anistia de multas e juros de qualquer tributo ao qual tenha poder de intervenção. Diante da ausência de previsão da renúncia de receita para 2017, desacaracteriza-se o alienamento no que se refere ao art.14, II da LRF. Porém, caso o Executivo Municipal, no decorrer do ano identificar a necessidade de promover condições ideais para a população Marianense sair ou tornar acessível seus débitos tributários, ficará a cargo da Administração em intender o que determina o art.14, I, da LRF, compensando por meio da redução da receita prevista na LOA-2017 e acompanhando da declaração de que tal redução não afetará as metas fiscais previstas na LDO-2017. Na oportunidade ainda informamos que o Município de Mariana não tem previsão para expansão do nenhum DOCC - Despesa Obrigatória de Caráter Contingente, pois não tem previsão nessa LDO-2017 nenhuma previsão de aumento de pessoal e nem um novo programa ou "Ação / Atividade" que caracterize uma DOCC. Apesar de não termos DOCC prevista nessa LDO-2017, temos novidades a nível da "Ação / Projeto", porém estes têm características de inicio e fim programado, logo não caracteriza uma DOCC. Diante do exposto, justifica-se o envio do Demonstrativo VII, exigência do art.14, V da LRF - sem informações quantificadas, em seja, zerado.
			125.000,00	125.000,00	125.000,00	

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016
Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

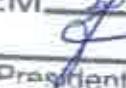
Lemonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Lei, art 4º, § 2º, inciso V

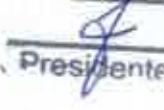
R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	---
(-) Transferências ao FUNDEB	---
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	---
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	---
Novas DOCC	---
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

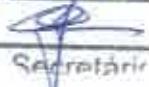
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

 Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

 Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

 Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

Lei DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

Série: Alterado em 15/04/2016 (C)

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADEEM 13 / 06 / 2016Total das Receitas (Consolidado) R\$ 1.000.000,00
Presidente [Assinatura] Secretário [Assinatura]

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

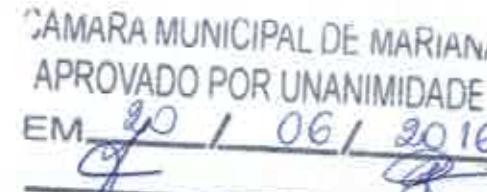
Especificação	CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM <u>97 / 06 / 2016</u>	Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 RECEITAS		290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03
0.0.0.00.00.00.00.00.00.00 Receitas Correntes		293.459.731,65	302.263.523,60	311.331.429,34
4.1.1.0.00.00.00.00.00.00 Receita Tributária		30.022.000,00	30.922.660,00	31.850.339,80
4.1.1.1.00.00.00.00.00 Impostos		28.800.000,00	29.664.000,00	30.553.920,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	Presidente <u>[Assinatura]</u> Secretário <u>[Assinatura]</u>	9.800.000,00	10.094.000,00	10.396.820,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana		1.980.000,00	2.039.400,00	2.100.582,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza		7.400.000,00	7.622.000,00	7.850.660,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir		420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação		19.000.000,00	19.570.000,00	20.157.100,00
4.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		19.000.000,00	19.570.000,00	20.157.100,00
4.1.1.2.00.00.00.00.00 Taxas		1.222.000,00	1.258.660,00	1.296.419,80
4.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		512.000,00	527.360,00	543.180,80
4.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		26.000,00	26.780,00	27.583,40
4.1.2.1.25.00.00.00.00 Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos		420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.2.1.31.00.00.00.00 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público		5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.2.1.32.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil		31.000,00	31.930,00	32.887,90
4.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia		30.000,00	30.900,00	31.827,00
4.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços		710.000,00	731.300,00	753.239,00
4.1.2.2.21.00.00.00.00 Taxas de Serviços Cadastrais		5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.2.2.28.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios		20.000,00	20.600,00	21.218,00
4.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública		525.000,00	540.750,00	556.972,50
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços		160.000,00	164.800,00	169.744,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00 Receitas de Contribuições		8.600.000,00	8.858.000,00	9.123.740,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00 Contribuições Sociais		7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
4.2.1.0.29.00.00.00.00 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores		7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		1.600.000,00	1.648.000,00	1.697.440,00
4.3.0.0.00.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial		8.115.300,00	8.358.759,00	8.609.521,76
4.3.2.0.00.00.00.00.00.00 Receitas de Valores Mobiliários		8.063.300,00	8.305.199,00	8.554.354,96
4.3.2.2.00.00.00.00.00.00 Dividendos		3.000,00	3.090,00	3.182,70
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		1.060.300,00	1.092.109,00	1.124.872,26
4.3.2.5.01.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados		525.300,00	541.059,00	557.290,76
4.1.3.2.5.01.01.00.00.00 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Rec		264.000,00	271.920,00	280.077,50
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB		105.000,00	108.150,00	111.394,50
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00 Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde		30.000,00	30.900,00	31.826,99
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Rec		30.000,00	30.900,00	31.827,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Rec		32.000,00	32.960,00	33.948,80
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Rec		6.000,00	6.180,00	6.365,40
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec Rem de Dep Bancários Rec Vinc - FNAS		1.000,00	1.030,00	1.060,90
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados		57.300,00	59.019,00	60.789,57
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Iluminação Pública		20.000,00	20.600,00	21.218,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Conv Educação		1.000,00	1.030,00	1.060,90
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Outros Convênios		4.000,00	4.120,00	4.243,60
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc PDDE		300,00	309,00	318,27
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc PNAE		6.000,00	6.180,00	6.365,40
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc PNATE		2.000,00	2.060,00	2.121,80
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc QESE		21.000,00	21.630,00	22.278,90
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Fundo Est.Assist.Soc.		2.000,00	2.060,00	2.121,80
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00 Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Multas de Trânsito		1.000,00	1.030,00	1.060,90
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados		535.000,00	551.050,00	567.581,50
4.3.2.8.00.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio da Pre		7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
4.3.3.0.00.00.00.00.00 Receita de Concessões e Permissões		52.000,00	53.560,00	55.166,80
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00 Receita de Concessões e Permissões – Serviços		52.000,00	53.560,00	55.166,80

Estado de Minas Gerais**MUNICÍPIO DE MARIANA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)**

Última Alteração em 15/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00				
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		
9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS.	157.000,00	161.710,00	166.561,31	
9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	31.000,00	31.930,00	32.887,90	
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	178.000,00	183.340,00	188.840,21	
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	84.000,00	86.520,00	89.115,60	
9.1.3.13.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ.s/ISS:	21.000,00	21.630,00	22.278,91	
9.1.3.99.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	73.000,00	75.190,00	77.445,70	
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	5.000,00	5.150,00	5.304,50	
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóv.	5.000,00	5.150,00	5.304,50	
9.1.9.00.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	320.000,00	329.600,00	339.488,00	
**9.1.9.15.00.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	320.000,00	329.600,00	339.488,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00	
4.1.9.2.00.00.00.00.00.00	Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00	
9.2.2.00.00.00.00.00.00	Outras Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00	
4.1.9.2.2.99.52.00.00.00	Outras Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00	
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa	EM 10/06/2016 Presidente	420.000,00	432.600,00	445.578,00
9.3.1.00.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	400.000,00	412.000,00	424.360,01	
9.3.1.11.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	400.000,00	412.000,00	424.360,01	
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	210.000,00	216.300,00	222.789,00	
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	53.000,00	54.590,00	56.227,71	
9.9.00.00.00.00.00.00	Receitas Diversas	137.000,00	141.110,00	145.343,30	
9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	400.000,00	412.000,00	424.360,00	
4.2.0.0.00.00.00.00.00	Receitas do Capital	400.000,00	412.000,00	424.360,00	
4.4.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital	EM 07/06/2016 Presidente	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09	
4.7.4.7.1.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios da União para Outras Entidades	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09	
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09	
4.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00	
2.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Contribuições	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00	
7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00	
0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)	
5.0.0.0.00.00.00.00.00	FUNDEB	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)	
4.9.5.1.0.00.00.00.00.00	FUNDEB:	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)	
4.9.5.1.7.00.00.00.00.00	Dedução do FUNDEB das Receitas de Transfer. União	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)	
5.1.7.21.00.00.00.00.00	Dedução do FUNDEB das Receitas de Transfer. União	(5.754.000,00)	(5.926.620,00)	(6.104.418,60)	
5.1.7.21.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(5.544.000,00)	(5.710.320,00)	(5.881.629,60)	
4.9.5.1.7.21.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	(5.460.000,00)	(5.623.800,00)	(5.792.514,00)	
4.9.5.1.7.21.01.05.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	(84.000,00)	(86.520,00)	(89.115,60)	
5.1.7.21.36.00.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS	(210.000,00)	(216.300,00)	(222.789,00)	
5.1.7.22.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(29.232.000,00)	(30.108.960,00)	(31.012.228,80)	
4.9.5.1.7.22.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(29.232.000,00)	(30.108.960,00)	(31.012.228,80)	
4.9.5.1.7.22.01.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMF	(27.783.000,00)	(28.616.490,00)	(29.474.984,70)	
5.1.7.22.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(1.008.000,00)	(1.038.240,00)	(1.069.387,20)	
5.1.7.22.01.04.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPI s/	(441.000,00)	(454.230,00)	(467.856,90)	
Total geral:		290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03	

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 10/06/2016


Estado de Minas Gerais

MUNICIPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

CAMARA MUNICIPAL DE MARIAN
as Recetas
APPROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29/06/2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

~~Presidente~~ ~~Secretario~~

Secretário

Estado de Minas Gerais**MUNICÍPIO DE MARIANA****Lei DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS**

L Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Páginas: Alteração em 15/04/2016 (C)

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 / 06 / 2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Presidente

Secretário

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	
MUNICÍPIO DE MARIANA				
1.4.9.00.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	126.000,00	129.780,00	133.673,40
4.1.6.0.00.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	1.033.731,65	1.064.743,60	1.096.685,91
4.1.6.0.03.00.00.00.00.00	Serviços de Transporte	63.000,00	64.890,00	66.836,70
4.1.6.0.03.06.00.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	63.000,00	64.890,00	66.836,70
4.1.6.0.05.00.00.00.00.00	Serviços de Saúde	567.000,00	584.010,00	601.530,30
4.1.6.0.05.99.00.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	567.000,00	584.010,00	601.530,30
4.1.6.0.09.99.00.00.00.00	Outros serviços	403.731,65	415.843,60	428.318,91
4.1.6.0.09.99.02.00.00.00	Outros Serviços - Estacionamento Rotativo	403.731,65	415.843,60	428.318,91
4.1.7.0.00.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	242.619.700,00	249.898.291,00	257.395.239,73
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	242.537.700,00	249.813.831,00	257.308.245,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	85.842.700,00	89.447.981,00	92.131.420,43
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	27.412.500,00	28.234.875,00	29.081.921,25
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.000.000,00	27.810.000,00	28.644.300,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	412.500,00	424.875,00	437.621,25
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração	50.315.000,00	51.824.450,00	53.379.183,50
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Min	50.000.000,00	51.500.000,00	53.045.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo (FEP)	315.000,00	324.450,00	334.183,50
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS)	5.245.500,00	5.402.865,00	5.564.950,95
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Atenção Básica	3.475.500,00	3.579.765,00	3.687.157,95
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Atenção à Saúde	1.300.000,00	1.339.000,00	1.379.170,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Vigilância em Saúde	320.000,00	329.600,00	339.488,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Assistência Farmacêutica	150.000,00	154.500,00	159.135,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	986.000,00	1.015.580,00	1.046.047,40
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação	1.833.700,00	1.888.711,00	1.945.372,33
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.579.000,00	1.626.370,00	1.675.161,10
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa de Alfabetização da Juventude	700,00	721,00	742,63
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa de Alfabetização da Juventude	184.000,00	189.520,00	195.205,60
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa de Alfabetização da Juventude	70.000,00	72.100,00	74.263,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Desoner. LC nº 87/96	1.050.000,00	1.081.500,00	1.113.945,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências do Estado	134.695.000,00	138.735.850,00	142.897.925,50
4.1.7.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita do Estado	134.246.000,00	138.273.380,00	142.421.581,40
4.1.7.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	127.200.000,00	131.016.000,00	134.946.480,00
4.1.7.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.040.000,00	5.191.200,00	5.346.936,00
4.1.7.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	2.000.000,00	2.060.000,00	2.121.800,00
4.1.7.2.01.13.00.00.00	Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	6.000,00	6.180,00	6.365,40
4.1.7.2.23.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Desenvolvimento	340.000,00	350.200,00	360.706,00
4.1.7.2.29.99.00.00.00	Outras Transferências do Estado	109.000,00	112.270,00	115.638,10
4.1.7.2.29.99.51.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social	109.000,00	112.270,00	115.638,10
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	21.000.000,00	21.630.000,00	22.278.900,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00	21.630.000,00	22.278.900,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transferências de Pessoas	2.000,00	2.060,00	2.121,80
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	80.000,00	82.400,00	84.872,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios do Estado e de Suas Entidades	80.000,00	82.400,00	84.872,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios do Estado Destinadas a Programas	80.000,00	82.400,00	84.872,00
4.1.9.1.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.953.000,00	2.011.590,00	2.071.937,74
4.1.9.1.0.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	733.000,00	754.990,00	777.639,73
4.1.9.1.1.0.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	230.000,00	236.900,00	244.007,02
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância	21.000,00	21.630,00	22.278,90
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	21.000,00	21.630,00	22.278,91
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	157.000,00	161.710,00	166.561,31
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	31.000,00	31.930,00	32.887,90

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Série: Alteração em 15/04/2016 (C)

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20/06/2016

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Presidente
Secretário

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019

1 - MUNICÍPIO DE MARIANA

9.1.3.00.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	178.000,00	183.340,00	188.840,21
9.1.3.11.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	84.000,00	86.520,00	89.115,60
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ.s/ISS	21.000,00	21.630,00	22.278,91
9.1.3.99.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	73.000,00	75.190,00	77.445,70
9.1.8.00.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóveis	5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	320.000,00	329.600,00	339.488,00
9.1.9.15.00.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	320.000,00	329.600,00	339.488,00
9.2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00.00	Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
9.2.2.99.52.00.00.00.00	Outras Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
9.3.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	400.000,00	412.000,00	424.360,01
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	400.000,00	412.000,00	424.360,01
9.3.1.13.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	210.000,00	216.300,00	222.789,00
9.3.1.99.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	53.000,00	54.590,00	56.227,71
4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00.00	Receitas Diversas	137.000,00	141.110,00	145.343,30
9.9.0.99.00.00.00.00.00	Outras Receitas	400.000,00	412.000,00	424.360,00
0.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	400.000,00	412.000,00	424.360,00
4.2.4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Capital	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.2.4.7.0.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Convênios	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
2.4.7.1.00.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
2.4.7.1.99.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.9.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.9.5.0.0.0.0.00.00.00.00.00	FUNDEB	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)
3.5.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00	FUNDEB	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)
9.5.1.7.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução do FUNDEB das Receitas de Transfer.União	(34.986.000,00)	(36.035.580,00)	(37.116.647,40)
4.9.5.1.7.21.00.00.00.00.00	Dedução do FUNDEB das Receitas de Transfer.União	(5.754.000,00)	(5.928.620,00)	(6.104.418,60)
4.9.5.1.7.21.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(5.544.000,00)	(5.710.320,00)	(5.881.629,60)
3.5.1.7.21.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	(5.460.000,00)	(5.623.800,00)	(5.792.514,00)
9.5.1.7.21.01.05.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	(84.000,00)	(86.520,00)	(89.115,60)
4.9.5.1.7.21.36.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS	(210.000,00)	(216.300,00)	(222.789,00)
9.5.1.7.22.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(29.232.000,00)	(30.108.960,00)	(31.012.228,80)
9.5.1.7.22.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(29.232.000,00)	(30.108.960,00)	(31.012.228,80)
9.5.1.7.22.01.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMF	(27.783.000,00)	(28.616.490,00)	(29.474.984,70)
4.9.5.1.7.22.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(1.008.000,00)	(1.038.240,00)	(1.069.387,20)
9.5.1.7.22.01.04.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPI si	(441.000,00)	(454.230,00)	(467.856,90)

Total entidade:

3 - FUNDO PREVIDENCIA SERV.MUNICIPAIS MARIANA-FUNPREV	260.000.000,00	267.800.000,00	275.834.000,03
-------------------------------------------------------	----------------	----------------	----------------

-0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS	29.000.000,00	29.870.000,00	30.766.100,00
1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	14.000.000,00	14.420.000,00	14.852.600,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas de Contribuições	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
1.2.1.0.00.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
1.2.1.0.29.00.00.00.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Se	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
1.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
1.1.3.2.8.00.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Pre	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas de Contribuições	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE MARIANA

LFI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

8. Se: Alteração em 15/04/2016 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
3 - FUNDO PREVIDENCIA SERV.MUNICIPAIS MARIANA-FUNPREV			
2.1.00.00.00.00.00.00 Contribuições Sociais	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
2.1.0.29.00.00.00.00 Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Se	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
Total entidade:	29.000.000,00	29.870.000,00	30.766.100,00
4 - SAAE MARIANA - CONSOLIDADO			
4.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.000.000,00	1.030.000,00	1.060.900,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	1.000.000,00	1.030.000,00	1.060.900,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial	10.000,00	10.300,00	10.609,00
4.3.2.0.00.00.00.00.00 Recetas de Valores Mobiliários	10.000,00	10.300,00	10.609,00
4.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00	10.300,00	10.609,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	10.000,00	10.300,00	10.609,00
4.6.0.0.00.00.00.00.00 Receita de Serviços	990.000,00	1.019.700,00	1.050.291,00
4.6.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços	990.000,00	1.019.700,00	1.050.291,00
4.6.0.99.01.00.00.00 Outros Serviços - Ligação de Água	990.000,00	1.019.700,00	1.050.291,00
Total entidade:	1.000.000,00	1.030.000,00	1.060.900,00
Total geral:	290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 17 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
Presidente Secretário

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA

LFI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017 (Consolidado)

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

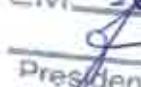
Última Alteração em 15/04/2016 (C)

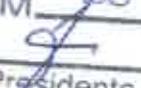
As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2017	2018	2019
0 ENCARGOS ESPECIAIS	5.304.360,00	5.463.490,80	5.627.395,53
1 APOIO ADMINISTRATIVO	43.600.514,35	44.908.529,58	46.255.785,33
2 DESENVOLVIMENTO URBANO	9.026.452,71	9.297.246,31	9.576.163,71
3 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS	7.175.805,00	7.391.079,15	7.612.811,52
4 PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	6.814.800,00	7.019.244,00	7.229.821,32
6 GESTÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	150.257,50	154.765,23	159.408,22
8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERACAO DE RENDA	864.677,50	890.617,85	917.336,40
9 PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	259.315,00	267.094,46	275.107,31
10 GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS	105.000,00	108.150,00	111.394,50
11 APOIO PRODUTOR RURAL E SUAS ORGANIZACOES	1.850.721,05	1.906.242,68	1.963.429,96
13 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	16.726.268,35	17.228.056,40	17.744.898,09
14 DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER	1.692.680,00	1.743.460,41	1.795.764,23
15 PROGRAMA REDE PELA VIDA	262.187,50	270.053,13	278.154,72
16 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO E DA CULTURA	3.871.725,00	3.987.876,75	4.107.513,05
17 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA SOCIAL E DE TRÂNSITO	10.447.577,50	10.761.004,84	11.083.835,00
18 EDUCANDO PARA A VIDA	62.136.454,34	64.000.548,02	65.920.564,47
19 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	4.348.757,50	4.479.220,25	4.613.596,87
20 PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS	8.227.378,20	8.474.199,55	8.728.425,55
21 PROGRAMA MARIANA DOCE LAR	4.150.550,00	4.275.066,50	4.403.318,50
22 AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	12.375.000,00	12.746.250,00	13.128.637,50
23 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2.818.925,00	2.903.492,78	2.990.597,56
24 ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE DA POPULAÇÃO	54.920.393,50	56.568.005,31	58.265.045,51
26 OPERACIONALIZAÇÃO DO SAAE	7.282.000,00	7.500.460,00	7.725.473,80
27 ABASTECIMENTO E TRATAMENTO PARA UMA ÁGUA DE QUALIDADE	1.040.000,00	1.071.200,00	1.103.336,00
28 AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE ÁGUA E ESGOTO	700.000,00	721.000,00	742.630,00
29 DESTINAÇÃO ADEQUADA DO ESGOTO	498.000,00	512.940,00	528.328,20
30 CONTRIBUIÇÕES A CONSÓRCIOS	40.000,00	41.200,00	42.436,00
9999 RESERVAS	23.310.200,00	24.009.506,00	24.729.791,18
Total geral:	290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

Presidente Secretary

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 18 / 06 / 2016

Presidente Secretary

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

Presidente Secretary

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA

LFI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Sua Alteração em 15/04/2016 (C)

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

[Signature]
 Presidente

[Signature]
 Secretário

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa

R\$ 1,00

2017

2018

2019

MUNICIPIO DE MARIANA

0 ENCARGOS ESPECIAIS	5.264.360,00	5.422.290,80	5.584.959,53
1 APOIO ADMINISTRATIVO	43.200.514,35	44.496.529,58	45.831.425,33
2 DESENVOLVIMENTO URBANO	9.026.452,71	9.297.246,31	9.576.163,71
3 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS	7.175.805,00	7.391.079,15	7.612.811,52
6 GESTÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	150.257,50	154.765,23	159.408,22
8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE RENDA	864.677,50	890.617,85	917.336,40
9 PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	259.315,00	267.094,46	275.107,31
10 GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS	105.000,00	108.150,00	111.394,50
11 APOIO PRODUTOR RURAL E SUAS ORGANIZAÇÕES	1.850.721,05	1.906.242,68	1.963.429,96
13 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	16.726.268,35	17.228.056,40	17.744.898,09
14 DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER	1.692.680,00	1.743.460,41	1.795.764,23
15 PROGRAMA REDE PELA VIDA	262.187,50	270.053,13	278.154,72
16 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO E DA CULTURA	3.871.725,00	3.987.876,75	4.107.513,05
17 DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA SOCIAL E DE TRÂNSITO	10.447.577,50	10.761.004,84	11.083.835,00
18 EDUCANDO PARA A VIDA	62.136.454,34	64.000.548,02	65.920.564,47
19 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	4.348.757,50	4.479.220,25	4.613.596,87
20 PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS	8.227.378,20	8.474.199,55	8.728.425,55
21 PROGRAMA MARIANA DOCE LAR	4.150.550,00	4.275.066,50	4.403.318,50
23 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	2.818.925,00	2.903.492,78	2.990.597,56
24 ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA POPULAÇÃO	54.920.393,50	56.568.005,31	58.265.045,51
9999 RESERVAS	1.000.000,00	1.030.000,00	1.060.900,00
Total da entidade:	238.500.000,00	245.655.000,00	253.024.650,03

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA - CONSOLIDADO

22 AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	12.375.000,00	12.746.250,00	13.128.637,50
Total da entidade:	12.375.000,00	12.746.250,00	13.128.637,50

3 - FUNDO PREVIDÊNCIA SERV.MUNICIPAIS MARIANA-FUNPREV

4 PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	6.814.800,00	7.019.244,00	7.229.821,32
9999 RESERVAS	22.310.200,00	22.979.506,00	23.668.891,18
Total da entidade:	29.125.000,00	29.998.750,00	30.898.712,50

- SAAE MARIANA - CONSOLIDADO

0 ENCARGOS ESPECIAIS	40.000,00	41.200,00	42.436,00
1 APOIO ADMINISTRATIVO	400.000,00	412.000,00	424.360,00
26 OPERACIONALIZAÇÃO DO SAAE	7.282.000,00	7.500.460,00	7.725.473,80
27 ABASTECIMENTO E TRATAMENTO PARA UMA ÁGUA DE QUALIDADE	1.040.000,00	1.071.200,00	1.103.336,00
28 AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE ÁGUA E ESGOTO	700.000,00	721.000,00	742.630,00
29 DESTINAÇÃO ADEQUADA DO ESGOTO	498.000,00	512.940,00	528.328,20
30 CONTRIBUIÇÕES A CONSÓRCIOS	40.000,00	41.200,00	42.436,00
Total da entidade:	10.000.000,00	10.300.000,00	10.609.000,00
Total geral:	290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA

APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

[Signature]
 Presidente

[Signature]
 Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

[Signature]
 Presidente

[Signature]
 Secretário

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Sentido: Alterado em 15/04/2016 (C)

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação

	2014	2015	2016	2017	2016	2018
RECEITAS CORRENTES (I)						
Receita Tributária	311.763.498,00	340.927.000,00	274.549.000,00	273.473.731,65	281.677.943,60	290.198.281,94
Receita de Contribuição	33.150.570,00	35.780.685,50	26.688.000,00	30.022.000,00	30.922.660,00	31.850.339,80
Receita Patrimonial	13.872.000,00	14.800.000,00	20.100.000,00	23.600.000,00	24.308.000,00	25.037.240,00
Aplicações Financeiras (II)	10.558.279,00	12.046.085,25	9.878.000,00	8.115.300,00	8.358.759,00	8.809.521,76
Outras Receitas Patrimoniais	10.501.039,00	12.284.859,25	9.825.000,00	8.060.300,00	8.302.000,00	8.551.172,26
Transferências Correntes	57.240,00	61.246,00	53.000,00	55.000,00	56.660,00	58.349,50
Demais Receitas Correntes	285.338.116,80	304.276.027,60	214.423.000,00	242.619.700,00	249.898.201,00	257.395.239,73
2.567.822,20	3.193.239,05	3.560.000,00	4.102.731,65	4.225.813,60	4.352.588,05	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I+II)	301.262.459,00	328.042.160,75	284.824.000,00	265.413.431,65	273.375.834,60	281.577.109,68
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	30.581.502,00	35.273.000,00	25.351.000,00	18.526.288,35	17.022.056,40	17.532.718,09
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	30.581.502,00	35.273.000,00	25.351.000,00	18.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	30.581.502,00	35.273.000,00	25.351.000,00	18.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
331.643.961,00	363.315.165,75	290.175.000,00	281.939.700,00	250.397.891,00		
DESPESAS CORRENTES (X)						
Pessoal e Encargos Sociais	212.533.559,39	255.018.337,42	226.370.000,00	230.571.821,81	237.488.976,39	244.613.845,70
Juros e Encargos da Dívida (XI)	102.557.312,75	147.313.697,92	161.100.000,00	145.837.404,46	150.006.526,62	154.506.721,88
Outras Despesas Correntes	2.000,00	2.200,00	2.300,00	2.400,00	2.472,00	2.546,16
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (IX-XI)	109.974.246,64	107.702.439,50	66.267.700,00	84.932.017,35	87.479.977,77	90.104.377,66
212.901.559,39	255.016.137,42	226.367.700,00	230.569.421,81	237.486.594,39		
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)						
Investimentos	121.484.381,53	106.476.796,24	50.810.000,00	36.117.878,19	37.201.517,61	38.317.563,15
Outras Despesas de Capital	120.994.381,53	106.328.796,24	50.610.000,00	35.997.228,19	37.077.145,11	38.094.459,47
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII+XIV)	490.000,00	150.000,00	150.000,00	120.790,00	124.372,50	128.103,68
120.994.381,53	106.328.796,24	50.610.000,00	35.997.228,19	37.077.145,11		
RESERVA LEGAL PFFS (XVI)	15.394.700,00	16.542.360,00	22.020.000,00	22.310.200,00	22.879.506,00	23.668.891,18
700.000,00	742.000,00	800.000,00	1.000.000,00	1.030.000,00	1.060.000,00	1.090.000,00
ESPESSAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XIII+XIV+XV)						
349.590.640,92	378.629.233,66	299.847.700,00	289.676.860,00	298.573.155,50	307.530.350,19	
(17.746.679,92)	(15.314.072,91)	(9.672.700,00)	(7.937.150,00)	(8.175.264,50)	(8.420.522,42)	
ESULTADO PRIMÁRIO (XVIII) = (XVII)						

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
 APROVADO POR UNANIMIDADE
 EM 29 / 06 / 2016

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
 APROVADO POR UNANIMIDADE
 EM 13 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
 APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

Estado de Minas Gerais**MUNICÍPIO DE MARIANA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.800.000,00	138.630,22	1.400.000,00	1.040.000,00	730.000,00	766.500,00
Tributos federais	1.800.000,00	138.630,22	1.400.000,00	1.040.000,00	730.000,00	766.500,00
DEDUÇÕES (II)	23.550.000,00	119.481.008,37	126.171.944,85	132.480.542,09	139.104.569,19	146.272.387,60
Ativo disponível	25.000.000,00	120.907.900,38	127.678.742,78	134.062.679,92	140.765.813,92	147.804.104,62
Havares financeiros	550.000,00	399.105,63	421.455,55	442.528,33	464.654,74	487.887,47
(-) Restos a pagar processados	2.000.000,00	1.825.997,62	1.928.253,48	2.024.666,16	2.125.899,47	2.019.604,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(21.750.000,00)	(119.342.378,15)	(124.771.944,85)	131.440.542,09	(138.374.569,19)	(145.505.887,60)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.800.000,00	138.630,22	1.400.000,00	1.040.000,00	730.000,00	766.500,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(23.550.000,00)	(119.481.008,37)	(126.171.944,85)	132.480.542,09	(139.104.569,19)	(146.272.387,60)

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	0,00	(95.931.008,37)	(6.690.935,48)	(6.308.597,24)	(6.624.027,10)	(7.167.818,41)

* Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2014 no resultados_nominais_valor de R\$ (23.550.000,00).

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente Secretário

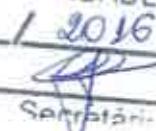
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

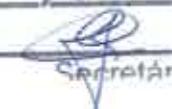
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.800.000,00	138.630,22	1.400.000,00	1.040.000,00	730.000,00	766.500,00
Tributos federais	1.800.000,00	138.630,22	1.400.000,00	1.040.000,00	730.000,00	766.500,00
DEDUÇÕES(II)	23.550.000,00	119.481.008,37	126.171.944,85	132.480.542,09	139.104.569,19	146.272.387,60
Ativo disponível	25.000.000,00	120.907.900,36	127.678.742,78	134.062.679,92	140.765.813,92	147.804.104,62
Haveres financeiros	550.000,00	399.105,63	421.455,55	442.528,33	464.654,74	487.887,47
(-) Restos a pagar processados	2.000.000,00	1.825.997,62	1.928.253,48	2.024.666,16	2.125.899,47	2.019.604,49
DCL (III) = (I - II)	(21.750.000,00)	119.342.378,15	124.771.944,85	131.440.542,09	138.374.569,19	145.505.887,60

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
 
 Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
 
 Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 17 / 06 / 2016
 
 Presidente Secretário

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA

Página: 1/1

Data: 24/05/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

(c) Alteração em 15/04/2016 (C)

F Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita Tributária	308.459.731,65	317.713.523,60	327.244.920,34
Receita de Contribuição	30.022.000,00	30.922.660,00	31.850.339,80
Receita Patrimonial	23.600.000,00	24.308.000,00	25.037.240,00
Receita Agropecuária	8.115.300,00	8.358.759,00	8.609.521,76
Receita Industrial	126.000,00	129.780,00	133.673,40
Receita Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.023.731,65	2.084.443,60	2.146.976,91
Outras Receitas Correntes	242.619.700,00	249.898.291,00	257.395.239,73
DEDUÇÕES (II)			
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	1.953.000,00	2.011.590,00	2.071.937,74
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	56.986.000,00	58.695.580,00	60.456.447,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	234.680.000,00	236.096.000,00	237.116.847,40
	251.473.731,65	259.017.943,60	266.788.481,94

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 13 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art 4º, § 3º

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sendo a Mineração a principal atividade econômica de Mariana e considerando a desaceleração econômica do Brasil, bem como a crise política do país, há uma incerteza na previsão dos principais receitas do município de Mariana, como o ISSQN, o ICMS e a CFEM.	15.000.000,00	A providência será reduzir as despesas discricionárias até o montante da arrecadação frustada.	15.000.000,00
SUBTOTAL	15.000.000,00	SUBTOTAL	15.000.000,00
TOTAL	15.000.000,00	TOTAL	15.000.000,00

R\$ 1,00

Data: 24/05/2016

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016
JF Presidente LB Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30/06/2016
JF Presidente LB Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016
JF Presidente LB Secretário



ESTADO DE MINAS GERAIS
Prefeitura Municipal de Mariana

LDO

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Anexo de Metas e Prioridades

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 29 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

2017

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 23 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Série No.: Semente as despesas prioritárias. Alteração em 15/04/2016 (C)

Programa: 2 - DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo: PLANEJAR, SUPERVISIONAR E ORIENTAR O PLANEJAMENTO URBANO E OS ESTUDOS TÉCNICOS INERENTES AO DESENVOLVIMENTO URBANO, AS OBRAS PÚBLICAS, OS PLANOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS PARTICULARES, A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS CONTRATADOS E A CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consideração dos Valores do Programa		Totais
		Fiscal/Segurança	Estatal/Cat.Econômica	
				4.932.889,89
		DESPESAS CORRENTES		366.150,00
		DESPESAS DE CAPITAL		4.566.739,89
		Total:		4.932.889,89

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017		R\$
			Métrica	R\$	
1.108 - EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ILUMINAÇÃO EXPANDIDA (%)	MUNICÍPIO	100,000	1.400.000,00	
1.173 - CONTENÇÕES E DRENAGENS	CONTENÇÕES E DRENAGENS REALIZADAS (%)	MUNICÍPIO	100,000	1.300.000,00	
1.177 - REQUALIFICAÇÃO URBANA DE BAIRROS	OBRAIS EXECUTADAS (%)	MUNICÍPIO	100,000	929.239,89	
1.178 - EXPANSÃO URBANA	OBRAIS EXECUTADAS (%)	MUNICÍPIO	100,000	525.000,00	
1.179 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	OBRAIS EXECUTADAS (%)	MUNICÍPIO	100,000	450.000,00	
1.243 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS DE ÁREAS E PRÉDIOS PÚBLICOS	OBRAIS EXECUTADAS (%)	MUNICÍPIO	100,000	328.650,00	

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29/06/2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016

Presidente

Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Solicito: Somente as despesas prioritizadas, Alimentado em 18/04/2016 (C)

Programa: 3 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLAVEIS

Objetivo: GERIR OS RESÍDUOS SÓLIDOS E REALIZAR SUA ADEQUADA DESTINAÇÃO, PROMOVENDO MENOR IMPACTO AMBIENTAL, AUMENTANDO A VIDA ÚTIL DO ATERRIRO SANITÁRIO E RECICLAGEM DOS MATERIAIS.

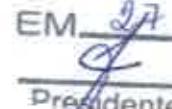
Público alvo: POPULAÇÃO

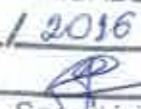
Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		
		Total	Estata/Cat. Econômica	Total
Fiscal/Segurança		315.000,00		315.000,00
DESPESAS DE CAPITAL		315.000,00		315.000,00
Total:		315.000,00		315.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

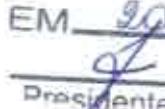
Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período / 2017	
			Mês	R\$
1.265 - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO ATERRIRO SANITÁRIO	ATERRIRO SANITÁRIO AMPLIADO (%)	MUNICÍPIO	100.000	315.000,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

 Presidente

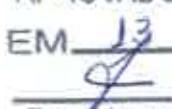
 Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seletivo: Sómente as despesas prioritárias. Ativação em 15/04/2016 (C)

Programa: 4 - PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Orientativo: ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS E GARANTIR OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SEGUROADOS VINCULADOS AO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador /Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		Total:
		Total	Estima/Cat. Econômica	
Fiscal/Seguridade		5.400.000,00		
DESPESAS CORRENTES		5.400.000,00		
Total:		5.400.000,00		

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto / Unidade)	Período - 2017		R\$
		Regionalização	Méta	
B.002 - MANUT. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO FUNPREV	MUNICIPIO	100.000		5.400.000,00

ATIVIDADE MANTIDA (%)

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 97 / 06 / 2016

Presidente

CR
Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 90 / 06 / 2016

Presidente

CR
Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente

CR
Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Solicitação: Sessenta e oito despesas priorizadas; Alterado em 15/04/2016 (C)

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE RENDA

Objetivo: DESENVOLVER A ECONOMIA DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E DO TERCEIRO SETOR E PROMOVER A GERAÇÃO DE RENDA, ATRAVÉS DE SUPORTE E EVENTOS
EMPRESARIAS NA BUSCA DE FOMENTO À ECONOMIA MUNICIPAL

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Centralização dos Valores do Programa	Total
		Total: Estatal/Cat Econômica	
		Fiscal/Seguridade	800.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	800.000,00
		Total:	800.000,00

ACÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Anotações:

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017
2.267 - CONSTRUÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	OBRA CONCLUIDA (%)	MUNICÍPIO	Mesal R\$ 800.000,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

Presidente _____
Secretário _____

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente _____
Secretário _____

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente _____
Secretário _____

MUNICÍPIO DE MARIANA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Sinalizado: Somente as despesas prioritárias. Alteração em 15/04/2016 (C)

Programa: 11 - APOIO PRODUTOR RURAL E SUAS ORGANIZAÇÕES

Objetivo: DAR SUPORTE AO PRODUTOR RURAL, BEM COMO SUAS ORGANIZAÇÕES, ATRAVÉS DE PROMOÇÃO DE EVENTOS, CAPACITAÇÃO DO PRODUTOR E MELHORIA NAS ESTRADAS RURAIS, BUSCANDO ELEVAR A GESTÃO DE SEU AGRONEGÓCIO, ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS E COM ISSO PROMOVER MELHOR QUALIDADE ALIMENTAR À SOCIEDADE.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		
		Total	Esfaria/Cat. Econômica	Total
Fiscal/Segurança DESPESAS CORRENTES		22.050,00		22.050,00
Total:		22.050,00		22.050,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Metida	R\$
PRODUTOR RURAL ATENDIDO (UN)	MUNICÍPIO		120.000	22.050,00

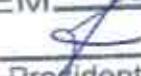
CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

 Presidente  Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

 Presidente  Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

 Presidente  Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Sómente as despesas prioritárias; Alterado em 15/04/2016 (C)

Programa: 14 - DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E LAZER

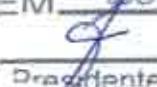
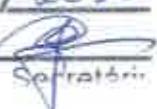
Objetivo: COORDENAR A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, TENDO COMO PRINCÍPIOS BÁSICOS A DEMOCRATIZAÇÃO, EQUIDADE E INTEGRALIDADE, VISANDO INCREMENTAR AS PRÁTICAS DESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER E EVIDENCIAR A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE A REALIDADE E IMPORTÂNCIA DO ESPORTE E DO LAZER NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, GARANTINDO A INCLUSÃO SOCIAL DA COMUNIDADE.

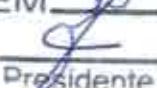
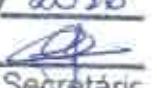
Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		
		Total	Estata/Cat. Económica	Totais
AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE				
Projéto				
Fiscal/Seguridade				
DESPESAS CORRENTES				
DESPESAS DE CAPITAL				
Total:				
		231.000,00	157.500,00	73.500,00
				231.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			MUNICÍPIO	R\$
1.040 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMAS ÁREAS ESPORTIVAS	OBRAS EXECUTADAS (%)		100.000	231.000,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 23 / 06 / 2016
 Presidente  Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
 Presidente  Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 23 / 06 / 2016
 Presidente  Secretário

Programa: 16 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TURISMO E DA CULTURA

Objetivo: DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO O INCREMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E CULTURAIS COMO PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ECOLÓGICO, VISANDO ELEVAR A ATRATIVIDADE TURÍSTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO E DISTRITOS E PRINCIPALMENTE, PARA TORNAR-LAS FONTE GERADORA DE RENDA E CIDADANIA.

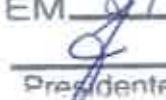
Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	
		Totais	Estaria/Cat Econômica
		Fiscal/Seguridade	200.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00
		Total:	200.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

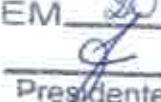
Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Metro	R\$
1.263 - RESTAURAÇÃO E REVIT. PATRIMONIO HIST / CULTURAL	ATIVIDADE MANTIDA (%)	MUNICÍPIO	100,000	200.000,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

 Presidente

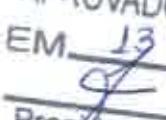
 Secretário

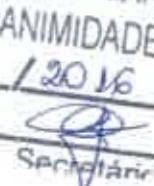
CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

 Presidente

 Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Sumeire as despesas prioritárias - Ativado em 15/04/2016 (C)

Programa: 17 - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA SOCIAL E DE TRÂNSITO

Objetivo: PLANEJAR, COORDENAR, ORIENTAR, FISCALIZAR E EXECUTAR AÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS RELACIONADAS AO TRÂNSITO MUNICIPAL, GARANTINDO FLUIDEZ, SEGURANÇA E CONFORTE NA CIRCULAÇÃO VIARIA É AS RELACIONADAS A SEGURANÇA SOCIAL, NO QUE SE REFERE À PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DOS MUNICÍPIOS, ALÉM DE PROMOVER CAMPAÑHAS EDUCATIVAS DE DEFESA SOCIAL.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	Total
		Fiscal/Segurança	
		DESPESSAS CORRENTES	110.250,00
		DESPESSAS DE CAPITAL	78.750,00
		Total:	31.500,00
			110.250,00
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL/SEGURANÇA SOCIAL			
Atividades			

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017
2.266 - MANUTENÇÃO DA ENGENHARIA, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA DO TRÂNSITO	MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSITO (%)	MUNICIPIO	Metas R\$ 30.000 110.250,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Seleção: Sómente as despesas prioritárias. Alterado em: 15/04/2016 (C)

Programa: 18 - EDUCANDO PARA A VIDA

Orientativo: COORDENAR A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DEFINIR E IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO PLANO DE GOVERNO, NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL PERTINENTE, ASSEGURANDO O ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	
		Total: Estatal/Cat. Econômica	Total: Totais
		Fiscal/Seguridade	30.713.800,25
		DESPESAS CORRENTES	29.842.275,25
		DESPESAS DE CAPITAL	871.525,00
		Total:	30.713.800,25

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL/SEGURIDADE

Projeto

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Metá	R\$
1.306 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL	MUNICÍPIO		100,000	700.000,00

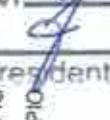
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Metá	R\$
2.642 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	MUNICÍPIO		100,000	28.648.837,50
2.645 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHES	MUNICÍPIO		100,000	1.364.962,75

Atividades

AMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

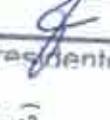
EM 30/106/2016

 Presidente

 Secretário

AMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

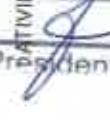
EM 12/106/2016

 Presidente

 Secretário

AMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 27/106/2016

 Presidente

 Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas**

Solenidade: Sessão de apresentação das despesas prioritárias - Alterado em 15/04/2016 (C)

Programa: 20 - PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS

Orientativo: ELABORAR PLANEJAMENTO PARA PAVIMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS VIAS MUNICIPAIS, BUSCANDO IDENTIFICAR AS PRIORIDADES DA SEDE E DOS DISTRITOS, BEM COMO AS DIRETRIZES PARA A RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO ASFÁLTICA DE PAVIMENTOS.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
		Total	Estíra/Cat. Económica	
Fiscal/Segurança		1.119.101,60		
DESPESAS CORRENTES		119.101,60		
DESPESAS DE CAPITAL		1.000.000,00		
Total:		1.119.101,60		

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Município	R\$ Meta
1.175 - AMPLIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E ACESSOS URBANAS	VIAS AMPLIADAS E PAVIMENTADAS (%)			1.119.101,60

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016

J
Presidente

J
Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

J
Presidente

J
Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

J
Presidente

J
Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Solicito: Semelhante as despesas prioritárias; Alteração em 15/04/2016 (C)**Programa:** 21 - PROGRAMA MARIANA DOCE LAR**Objetivo:** IMPLEMENTAR A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, VISANDO ATENDER AS MELHORIAS DE QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO PARA ORDENAMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO.**Público alvo:** POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		
		Total	Est/Teor/Cat/Económica	Total
Fiscal/Segurança		4.150.550,00		
DESPESAS CORRENTES		725.550,00		
DESPESAS DE CAPITAL		3.425.000,00		
Total:		4.150.550,00		

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Meta	R\$
2.130 - PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO HABITACIONAL	CASAS CONSTRUIDAS (HAB.)	MUNICÍPIO	100.000	4.150.550,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Sobre: Somento as despesas prioritárias; Alteração em 15/04/2016 (C)

Programa: 22 - AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Objetivo: APRECIAR PROPOSIÇÕES EM GERAL, APURAR FATOS DETERMINADOS, EXERCER A FISCALIZAÇÃO, O CONTROLE EXTERNO DOS ÓRGÃOS E DESEMPENHAR AS DEMAIAS PREFERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS LEGAIS E REGIMENTAIS DO ÓRGÃO.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidadação dos Valores do Programa		Totais
		Fiscal/Segurança	Estatal/Cat. Econômica	
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL/SEGURIDADE				
Atividades				
4.004 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO LEGISLATIVO		ATIVIDADE MANTIDA (%)		
Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	R\$
		MUNICÍPIO	Meta:	
			100.000	3.364.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017	
			Meta:	R\$
4.004 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO LEGISLATIVO			100.000	3.364.000,00

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016
Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 23 / 06 / 2016
Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Somente as despesas priorizadas | Alteração em 15/04/2016 (C)

Programa: 24 - ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE DA POPULAÇÃO

Objetivo: ORGANIZACAO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAUDE COM A VISAO DE UMA REDE REGIONALIZADA E INTEGRADA COM FOCO NA PROMOCAO, PREVENCAO E RECUPERACAO DA SAUDE, PRIORIZANDO NA GESTAO A ATENCAO BASICA E A VIGILANCIA EM SAUDE.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	Total
		Totais	Totais
		Fiscal/Seguridade	
		DESPESAS CORRENTES	
		DESPESAS DE CAPITAL	
		Total:	
			20.433.035,47
			20.404.837,12
			28.198,35
			20.433.035,47

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017
2.413 - MANUTENCAO DAS ACOES DE ATENCAO BASICA	POPOULACAO ATENDIDA (%)	MUNICIPIO	R\$ 3.494.283,00
2.415 - MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	POPOULACAO ATENDIDA (%)	MUNICIPIO	100,000
2.440 - MANUTENCAO DAS ACOES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	AÇOES E PROGRAMAS MANTIDOS (%)	MUNICIPIO	15.432.634,47
		MUNICIPIO	100,000
			1.506.118,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016

Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20/06/2016

Presidente Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 23/06/2016

Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Solicito: Sistematizar despesas prioritárias. Alteração em 15/04/2016 (C)

Programa: 27 - ABASTECIMENTO E TRATAMENTO PARA UMA ÁGUA DE QUALIDADE

Objetivo: REFORMAR O SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E REALIZAR A MANUTENÇÃO NOS HIDROMETROS E LIGAÇÕES DE ÁGUA, ALÉM DE MANTER O TRATAMENTO DA ÁGUA DE TODO O MUNICÍPIO DE MARIANA, FORNECENDO ASSIM UM SERVIÇO DE ALTA QUALIDADE À POPULAÇÃO.

Público alvo: POPULAÇÃO

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa	Total:
		Totais Estela/Cat/Econômica	
		Fiscal/Seguridade	
		DESPESAS CORRENTES	670.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	560.000,00
		Total:	110.000,00
			670.000,00

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2017
3.001 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SISTEMA DE ABAST. ÁGUA CONSTRUIDO/AMPLIA. MUNICÍPIO	Maria	25.000
3.003 - TRATAMENTO DA ÁGUA	MUNICÍPIO	Maria	100.000
		Maria	310.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016

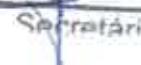
Presidente  Secretário 

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20/06/2016

Presidente  Secretário 

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

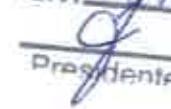
EM 13/06/2016

Presidente  Secretário 



ESTADO DE MINAS GERAIS
Prefeitura Municipal de Mariana

LDO

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
 Presidente  Secretário

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016
 Presidente  Secretário

Demonstrativos Complementares

2017

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
 Presidente  Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

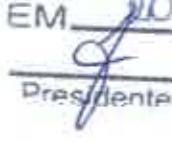
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Discriminação das Despesas

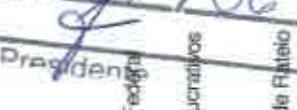
Solicito: Elaborar legislação. Emitir sempre as contas com valor. Alteração em 15/04/2016 (C)

Data: 24/05/2016

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESOAL E ENCARGOS SOCIAIS	230.571.821,81	237.488.976,39	244.613.645,70
3.1.71.00.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos-Contrato de Fazeto	145.637.404,46	150.006.526,62	154.506.721,88
3.1.71.70.00.00.00.00.00	Ratéio pela Participação em Consórcio Público	7.659,75	7.889,54	8.126,23
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.659,75	7.889,54	8.126,23
3.1.90.01.00.00.00.00.00	Aposentadorias do RPPS Reserva Remunerada/Reformas	132.976.938,11	136.966.246,27	141.075.233,10
3.1.90.03.00.00.00.00.00	Pensões do RPPS e do Militar	2.982.025,00	3.050.885,75	3.142.412,32
3.1.90.04.00.00.00.00.00	Contratações por Tempo Determinado	335.000,00	345.050,00	355.401,50
3.1.90.05.00.00.00.00.00	Outros Benefícios Previdêncio do Servidor/Militar	27.722.465,31	28.554.139,27	29.410.762,88
3.1.90.11.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.700.000,00	2.781.000,00	2.864.430,00
3.1.90.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	91.819.051,20	94.573.622,74	97.410.831,43
3.1.90.16.00.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.994.896,60	7.204.749,51	7.420.885,82
3.1.90.91.00.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	139.000,00	143.170,00	147.485,10
3.1.90.92.00.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00	309.000,00	318.270,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicação Direta, Decorrente Operação entre Órgãos	4.500,00	4.635,00	4.774,05
3.1.91.13.00.00.00.00.00	Obrigações Patronais	12.652.806,60	13.032.390,81	13.423.362,55
3.2.00.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.652.806,60	13.032.390,81	13.423.362,55
3.2.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.400,00	2.472,00	2.546,16
3.2.90.21.00.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	2.400,00	2.472,00	2.546,16
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.400,00	2.472,00	2.546,16
3.3.30.00.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	84.932.017,35	87.479.977,77	90.104.377,66
3.3.30.41.00.00.00.00.00	Contribuições	13.290,00	13.626,90	14.035,71
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferências a Instit. Priv. sem Fins Lucrativos	13.290,00	13.626,90	14.035,71
3.3.50.41.00.00.00.00.00	Contribuições	2.890.219,43	2.966.626,01	3.055.624,79
3.50.43.00.00.00.00.00	Subvenções Sociais	2.008.684,43	2.068.944,96	2.131.013,31
3.71.00.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos-Contrato de Fazeto	871.535,00	897.681,05	924.611,48
3.71.70.00.00.00.00.00	Ratéio pela Participação em Consórcio Público	42.810,08	44.094,38	45.417,21
3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	81.995.757,84	84.455.630,48	86.389.299,95
3.90.14.00.00.00.00.00	Dílanas - Pessoal Civil	206.606,25	212.804,14	219.188,64
3.90.18.00.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	200.000,00	206.000,00	212.180,00
3.90.19.00.00.00.00.00	Auxílio-estadamento	157.500,00	162.225,00	167.091,75
3.90.30.00.00.00.00.00	Material de Consumo	9.352.203,27	9.632.769,42	9.921.752,58
3.90.31.00.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desport	54.242,50	55.869,78	57.545,88
3.90.32.00.00.00.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita	335.000,00	345.050,00	355.401,50
3.90.33.00.00.00.00.00	Passageiros e Despesas com Locomoção	4.962.563,05	5.111.439,97	5.264.783,20
3.90.35.00.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	72.000,00	74.160,00	76.384,80
3.90.36.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	335.000,00	345.050,00	355.401,50
3.90.37.00.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	4.557.562,50	48.327.312,27	51.270.445,70
3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.000,00	927.000,00	954.810,00
3.90.46.00.00.00.00.00	Auxílio-alimentação	8.814.289,40	8.814.289,40	9.078.718,09

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 00 / 06 / 2016
Presidente  Secretário 

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
Presidente  Secretário 

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27 / 06 / 2016
Presidente  Secretário 

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Dispõe sobre a elaboração das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

Sanção: Edital legislativo nº 15/2016 - Emissa somente às cônus com valor: R\$ 15.042.014,00 (Cinqüenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais).

LEI 2016

Data: 24/05/2016

Contas	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contribuições	3.928.613,19	4.046.471,61	4.167.865,77
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	699.592,50	720.580,28	742.197,69
3.3.90.49.00.00.00.00	Auxílio-Transporte	1.063.000,00	1.064.590,00	1.117.127,70
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	140.000,00	144.200,00	148.526,00
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	152.455,00	157.028,65	161.739,51
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	1.457.607,31	1.501.335,53	1.546.375,59
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	36.117.978,19	37.201.517,61	38.317.563,15
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	35.997.228,19	37.077.145,11	38.189.459,47
4.4.71.00.00.00.00.00	Transf. à Consórcios Públicos-Contrato de Rateio	30.17	31.08	32.01
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	30.17	31.08	32.01
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	36.897.198,02	37.077.114,03	38.189.427,46
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	33.946.709,29	34.965.110,57	36.014.063,88
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.970.488,73	2.029.603,46	2.090.491,58
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	70.000,00	72.100,00	74.263,00
4.4.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	10.000,00	10.300,00	10.609,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.750,00	121.372,50	128.103,68
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Oper. entre Órgãos	120.750,00	121.372,50	128.103,68
4.6.91.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	120.750,00	124.372,50	128.103,68
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	120.750,00	124.372,50	128.103,68
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	23.310.200,00	24.009.506,00	24.729.791,18
9.9.99.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	23.310.200,00	24.009.506,00	24.729.791,18
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	23.310.200,00	24.009.506,00	24.729.791,18
	Total geral:	290.000,00	298.700,00	307.661.000,03

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016
D. Presidente Secretário

Total geral:

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

D. Presidente Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016
D. Presidente Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Discriminação das Receitas

Série: Estar legalizada; Emitir somente as contas com valor - Alteração em 15/04/2016 (C)

LEI
Data: 24/05/2016

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	290.000,000,00	298.700,000,00	307.661,000,03
4.1.1.0.00.00.00.00.00	Receita Tributária	293.459.731,65	302.263.523,60	311.331.429,34
4.1.1.1.0.00.00.00.00	Impostos	30.022.000,00	30.922.660,00	31.850.339,80
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	28.800,000,00	29.664,000,00	30.553.920,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	9.800,000,00	10.094,000,00	10.396.820,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Quaisquer Natureza	1.980,000,00	2.039.400,00	2.100.562,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm. Inter. Vivos de Bens Imóveis e Dir.	7.400,000,00	7.622.000,00	7.850.660,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	420,000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	19.000,000,00	19.570,000,00	20.157.100,00
4.1.1.1.2.0.00.00.00.00	Taxas	19.000,000,00	19.570,000,00	20.157.100,00
4.1.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.222.000,00	1.258.660,00	1.296.419,80
4.1.1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	512.000,00	527.360,00	543.180,80
4.1.1.1.2.1.25.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	26.000,00	26.780,00	27.583,40
4.1.1.2.1.31.00.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais,Indústria e Prestadora de			
4.1.1.2.1.32.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público			
4.1.1.2.2.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.1.2.2.21.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil			
4.1.1.2.2.28.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	31.000,00	31.930,00	32.887,90
4.1.1.2.2.90.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Policia			
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	30.000,00	30.900,00	31.827,00
4.1.1.2.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	710.000,00	731.300,00	753.239,00
4.1.1.2.3.21.00.00.00	Taxas de Serviços Cadastrais	5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.1.2.2.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	20.000,00	20.600,00	21.218,00
4.1.1.2.2.21.00.00.00	Taxa de Caminhões			
4.1.1.2.2.28.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	525.000,00	540.750,00	556.972,50
4.1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpzeza Pública	160.000,00	164.800,00	169.744,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços			
4.1.1.2.3.00.00.00	Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	8.600.000,00	8.858.000,00	9.123.740,00
4.1.1.2.3.21.00.00.00	Récaitas de Contribuições			
4.1.1.2.3.29.00.00.00	Contribuições Sociais	7.000.000,00	7.000.000,00	7.426.300,00
4.1.1.2.3.30.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público			
4.1.1.3.00.00.00.00	Leg. Constituição Federal, artigo 149-A.	1.500.000,00	1.648.000,00	1.697.440,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	Receita Patrimonial			
4.1.3.3.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	6.115.300,00	8.358.759,00	8.609.521,76
4.1.3.3.30.00		8.063.300,00	8.305.199,00	8.564.364,96

MARCA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

MARCA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

UNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Discriminação das Receitas

Solicite: Entrar legislação; Emitir serventia às contas com valor - Alimentação em 1504/2016 (C)

NAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM 06/06/2016

Contas	Descrição	LDO 2017	Projecão 2018	Projecão 2019
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00.00	Dividendos	3.000,00	3.090,00	3.182,70
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.060.300,00	1.092.109,00	1.124.872,26
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	525.300,00	541.059,00	557.290,76
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB	264.000,00	271.920,00	280.077,60
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00.00	Rec de Rem de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde	105.000,00	108.150,00	111.394,50
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.00	Receta de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Manutenção e Desenvolvimento Institucional	30.000,00	30.900,00	31.826,99
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	30.000,00	30.900,00	31.827,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00.00	Receta de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Ações e Serviços	32.000,00	32.960,00	33.948,80
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	Receta de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Contribuição de Intervenção no Poder	6.000,00	6.180,00	6.365,40
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00.00	Leg. Constituição Federal - artigo 169, Inciso III, § 4º. Lei Federal nº 10.336/2001.	1.000,00	1.030,00	1.060,90
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00.00	Rec Rem de Dep Bancários Rec Vinc. : FNAS	57.300,00	59.019,00	60.789,57
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00.00	Receta de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	20.000,00	20.600,00	21.218,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00.00	Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Iluminação Pública	20.000,00	20.600,00	21.218,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00.00	Rem Outros Dep Banc Rec Vinc Conv Educação	1.000,00	1.030,00	1.060,90
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	4.000,00	4.120,00	4.243,60
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	300,00	309,00	318,27
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00.00	Leg. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.	21.000,00	21.630,00	22.278,90
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00.00	Leg. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.	2.000,00	2.060,00	2.121,80
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00.00	Leg. Constituição Federal, artigo 212, § 6º.	21.000,00	21.630,00	22.278,90
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00.00	Leg. Lei Federal nº 9.503/1997, artigo 320 - (Código de Trânsito Brasileiro - CTB).	565.000,00	551.050,00	567.581,50
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	7.000.000,00	7.210.000,00	7.426.300,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00.00	Recalha de Concessões e Permissões	52.000,00	53.560,00	55.166,80

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Discriminação das Receitas

Solicito: Estar legislado; Emiter sentença às contas com valor / Alteração em 15/04/2016 (C)

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM 20 / 06 / 2016

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões – Serviços	52.000,00	53.560,00	55.166,80
4.1.3.3.1.01.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões – Serviços de Transporte	52.000,00	53.560,00	55.166,80
Leg. Portaria STN 303 de 28/04/2005.	Receita Agrícola			
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	126.000,00	129.780,00	133.673,40
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações; Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	126.000,00	129.780,00	133.673,40
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	2.023.731,65	2.084.443,60	2.146.976,91
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Receita de Transporte	63.000,00	64.890,00	66.836,70
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	63.000,00	64.890,00	66.836,70
Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.	Receita de Serviços de Saúde			
4.1.6.0.0.05.00.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	567.000,00	584.010,00	601.530,30
4.1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços	567.000,00	584.010,00	601.530,30
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços - Ligação de Água	1.393.731,65	1.435.543,60	1.478.609,91
4.1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Estacionamento Rotativo	990.000,00	1.019.700,00	1.050.291,00
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Transferências Correntes	403.731,65	415.843,60	428.318,91
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	242.619.700,00	249.898.291,00	257.395.239,73
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências da União	242.537.700,00	249.813.831,00	257.308.245,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Participação na Receita da União	86.842.700,00	89.447.981,00	92.131.420,43
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.412.500,00	28.234.875,00	29.081.921,25
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	27.000.000,00	27.810.000,00	28.644.300,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	412.500,00	424.875,00	437.621,25
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais (CFEM)	50.315.000,00	51.824.450,00	53.379.183,50
Leg. Lei Federal 7990/89.	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo (FEP)	50.000.000,00	51.500.000,00	53.045.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00		315.000,00	324.450,00	334.183,50
Leg. Lei Federal 7990/89.	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) Repasses Fundo a Fundo			
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Atenção Básica	5.245.500,00	5.402.865,00	5.564.950,95
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Leg. Portaria MS/GM nº 399/2006 c/c Portaria MS/GM nº 204/2007.	3.475.500,00	3.579.765,00	3.697.157,95
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatoriais	1.300.000,00	1.339.000,00	1.379.170,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Leg. Portaria MS/GM nº 399/2006 c/c Portaria MS/GM nº 204/2007.	320.000,00	329.600,00	339.488,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 20 / 06 / 2016

Presidente

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 22 / 06 / 2016

Presidente

Presidente

Transferência de Recursos do SUS – Bloco Atenção Básica

Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais

Transferência da Compensação Financeira de Recursos Minerais (CFEM)

MUNICÍPIO DE MARIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Discriminação das Receitas

Selos legais: Este é o legislativo; Emilia somente em cíntas com valor; Alteração em 15/04/2016 (C)

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 30/06/2016

Data: 24/05/2016

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Bloco Assistência Farmacêutica	150.000,00	154.500,00	159.135,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	986.000,00	1.015.580,00	1.046.047,40
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações.Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)	1.833.700,00	1.888.711,00	1.945.372,33
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salmão-Educação	1.579.000,00	1.626.370,00	1.675.161,10
Leg. Constituição Federal, artigo 212, § 6º.				
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	700,00	721,00	742,63
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	184.000,00	189.520,00	195.205,60
Leg. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.				
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Trabalhador do Comércio	70.000,00	72.100,00	74.263,00
Leg. LEI nº 10.880, de 9 de junho de 2004.				
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Desoner. I.C nº 87796	1.050.000,00	1.081.500,00	1.113.945,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências do Estado	134.695.000,00	138.735.850,00	142.887.925,50
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita do Estado	134.246.000,00	138.273.380,00	142.421.581,40
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	127.200.000,00	131.016.000,00	134.946.480,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.040.000,00	5.191.200,00	5.346.936,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.000.000,00	2.060.000,00	2.121.800,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Outras Transferências do Estado	6.000,00	6.180,00	6.365,40
Leg. Constituição Federal - artigo 59, inciso III, § 4º. Lei Federal nº 10.336/2001.				
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde e Desenvolvimento Social	340.000,00	350.200,00	360.706,00
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações.Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.				
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências do Estado	109.000,00	112.270,00	115.638,10
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações.Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.				
4.1.7.2.2.99.51.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	21.000.000,00	21.630.000,00	22.278.900,00
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações.Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações.				
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	2.000,00	2.060,00	2.121,80
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transferências de Convênios do Estado e de Suas Entidades	80.000,00	82.400,00	84.872,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios do Estado Destinadas a Programas de Educação	80.000,00	82.400,00	84.872,00
Leg. Lei Federal 8.069 de 13/07/1990, artigo 260,				
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.953.000,00	2.011.590,00	2.071.937,74
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	733.000,00	754.990,00	777.639,73

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM ~~30/06/2016~~
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM ~~09/06/2016~~
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM ~~09/06/2016~~
Presidente

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Discriminação das Receitas

Seleção: Embarque/Desembarque, Emitir somente as contas com valor > Altimigração em 15/04/2016 (C)

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM 20/06/2016

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.1.9.1.1.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	230.000,00	236.900,00	244.007,02
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	21.000,00	21.630,00	22.278,80
Leg. Código Tributário Municipal - LC 007/2001.				
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	21.000,00	21.630,00	22.278,91
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	157.000,00	161.710,00	166.561,31
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Outros Tributos	31.000,00	31.930,00	32.887,90
Leg. Código Tributário Municipal - Lei Complementar 007/2001.				
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	178.000,00	183.340,00	188.840,21
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	84.000,00	86.520,00	89.115,60
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ.s/ISS	21.000,00	21.630,00	22.278,91
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	73.000,00	75.190,00	77.445,70
Leg. Código Tributário Municipal - Lei Complementar 007/2001.				
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóveis	5.000,00	5.150,00	5.304,50
4.1.9.1.9.13.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	320.000,00	329.600,00	339.488,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	320.000,00	329.600,00	339.488,00
Leg. Lei Federal nº 9.503/1997, artigo 320 - (Código de Trânsito Brasileiro - CTB),				
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Remituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
4.1.9.2.2.99.52.00.00.00	Outras Restituições	420.000,00	432.600,00	445.578,00
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações, Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações,				
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa	400.000,00	412.000,00	424.360,01
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	400.000,00	412.000,00	424.360,01
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	210.000,00	216.300,00	222.789,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	53.000,00	54.590,00	56.227,71
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	137.000,00	141.110,00	145.343,30
Leg. Código Tributário Municipal - Lei Complementar 007/2001.				
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas	400.000,00	412.000,00	424.360,00
4.1.9.9.99.00.00.00.00	Outras Receitas	400.000,00	412.000,00	424.360,00
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações, Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações,				
4.12.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.1.2.4.0.0.0.00.00.00.00	Transferências de Capital	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.1.2.4.7.0.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.1.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de Sua Entidades	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
4.1.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	16.526.268,35	17.022.056,40	17.532.718,09
Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações, Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações,				

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 22/06/2016

Presidente

Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Discriminação das Receitas

Seleção: Exibir legislação; Embaralhar: não; contas com valor: ; Alteração em 15/04/2016 (C)

Data: 24/05/2016

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4.7.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes Intrairritamentárias	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00	Leg. Portaria Interministerial nº 163 da STN / SOF e suas alterações. Instrução Normativa nº 05/2011 do TCE-MG e suas alterações	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00	Contribuições de Contribuições Sociais	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	15.000.000,00	15.450.000,00	15.913.500,00
4.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-34.986.000,00	-36.035.580,00	-37.116.647,40
4.9.5.0.0.00.00.00.00	FUNDEB	-34.986.000,00	-36.035.580,00	-37.116.647,40
4.9.5.1.0.00.00.00.00	Dedução do FUNDEB das Receitas de Transfer. União	-34.986.000,00	-36.035.580,00	-37.116.647,40
4.9.5.1.7.00.00.00.00	Dedução do FUNDEB das Receitas de Transfer. União	-34.986.000,00	-36.035.580,00	-37.116.647,40
4.9.5.1.7.21.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-5.754.000,00	-5.926.620,00	-6.104.418,60
4.9.5.1.7.21.01.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-5.544.000,00	-5.710.320,00	-5.881.629,60
4.9.5.1.7.21.01.02.00.00	Leg. Lei nº 11.494 / 2007.	-5.460.000,00	-5.623.800,00	-5.792.514,00
4.9.5.1.7.21.01.05.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	-84.000,00	-86.520,00	-89.115,60
4.9.5.1.7.21.36.00.00.00	Leg. Lei nº 11.494 / 2007.	-210.000,00	-216.300,00	-222.789,00
4.9.5.1.7.22.00.00.00.00	Dedução das Receitas para Formação do FUNDEB - ICMS Desonerização - LC N° 87/96	-29.232.000,00	-30.108.960,00	-31.012.228,80
4.9.5.1.7.22.01.00.00.00	Leg. Lei nº 11.494 / 2007.	-29.232.000,00	-30.108.960,00	-31.012.228,80
4.9.5.1.7.22.01.01.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-27.783.000,00	-28.616.490,00	-29.474.984,70
4.9.5.1.7.22.01.02.00.00	Leg. Lei nº 11.494 / 2007.	-1.008.000,00	-1.038.240,00	-1.069.387,20
4.9.5.1.7.22.01.04.00.00	Leg. Lei nº 11.494 / 2007.	-441.000,00	-454.230,00	-467.856,90
	Total geral:	290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016

Presidente

Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Solicitação: Alteração em 15/06/2016 (C)

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS

	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
1- RECEITA DE IMPOSTOS			
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	21.946.000,00	22.604.380,00	23.282.511,44
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.295.000,00	2.363.850,00	2.434.785,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.980.000,00	2.039.400,00	2.100.582,00
Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.630,00	22.278,91
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	210.000,00	216.300,00	222.789,00
(-) Deduções da Receita do IPTU	84.000,00	86.520,00	89.115,60
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão Inter vivos + ITBI	420.000,00	432.600,00	445.578,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	420.000,00	432.600,00	445.578,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Sanções de Qualquer Natureza - ISS	19.231.000,00	19.807.930,00	20.402.167,93
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	19.000.000,00	19.570.000,00	20.157.100,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	157.000,00	161.710,00	166.561,31
Dívida Ativa do ISS	363.000,00	54.590,00	56.227,71
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.000,00	21.630,00	22.278,91
(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00
- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS			
2.1- Cota-Parte FPM	162.702.500,00	167.583.575,00	172.611.082,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	27.000.000,00	27.810.000,00	28.644.300,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	27.000.000,00	27.810.000,00	28.644.300,00
2.2- Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00
	127.200.000,00	131.016.000,00	134.945.480,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Seleção: Alteração nº 15/04/2016 (C)

RECEITAS DO ENSINO		PREVISÃO	
RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
2.3- ICMS-Desoneração - L.C.nº87/1996	1.050.000,00	1.081.500,00	1.113.945,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	2.000.000,00	2.060.000,00	2.121.800,00
2.5- Cota-Parte ITR	412.500,00	424.875,00	437.621,25
2.6- Cota-Parte IPVA	5.040.000,00	5.191.200,00	5.346.936,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	184.648.500,00	190.187.955,00	195.893.563,69
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO	
	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00
5- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.608.300,00	1.656.549,00	1.706.245,47
5.1- Transferências do Safári-Educação	1.600.000,00	1.648.000,00	1.697.440,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	8.300,00	8.549,00	8.805,47
5-3- Aplicação Financeira dos recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00
6- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÉNIOS	81.000,00	83.430,00	85.932,90
6.1- Transferências de Convênios	81.000,00	83.430,00	85.932,90
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	23.209.700,00	23.905.991,00	24.623.170,73
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	24.896.000,00	25.645.970,00	26.415.349,10
FUNDÉB		PREVISÃO	
RECEITAS DO FUNDÉB	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
0- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	32.540.500,00	33.516.715,00	34.522.216,45
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.1.1)	5.400.000,00	5.562.000,00	5.728.860,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.2)	25.440.000,00	26.203.200,00	26.969.296,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.3)	210.000,00	216.300,00	222.789,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.4)	400.000,00	412.000,00	424.360,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITA Arecadados Destinados ao FUNDEB -(20% de 1.5 + 2.5)	82.500,00	84.975,00	87.524,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB -(20% de 2.6)	1.008.000,00	1.038.240,00	1.069.387,20
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

Série: Alteração em 15/04/2016 (C)

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**FUNDEB****RECEITAS DO FUNDEB**

	LDO 2017	Projeção 2018	PREVISÃO
11-3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	Projeção 2019
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-32.540.500,00	-33.516.715,00	0,00
DECRESÍMICO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB			-34.522.216,45

PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB

	LDO 2017	Projeção 2018	PREVISÃO
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	21.105.000,00	21.738.150,00	Projecção 2019
13.1- Com Educação Infantil	660.000,00	679.800,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	20.445.000,00	21.058.350,00	
14- OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS			
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	
15- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.105.000,00	21.738.150,00	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			
16- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00	0,00	Projecção 2019
17- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16)	0,00	0,00	
18- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13-17) / (11) x 100) %	0,00	0,00	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	LDO 2017	Projeção 2018	PREVISÃO
17- CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE	46.162.125,00	47.546.988,75	Projecção 2019
EM _____ / ____ / 2016 Presidente _____			
18- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE + (25% de 3) ¹			Projecção 2019
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			
19- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.042.912,75	2.104.200,14	Projecção 2019
20.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	660.000,00	679.800,00	
20.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.382.912,75	1.424.400,14	
21- ENSINO FUNDAMENTAL	31.004.937,50	31.935.085,63	
21.1- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	20.445.000,00	21.058.350,00	
21.2- Prioridades das Despesas Custeadas com Recursos de Impostos	10.559.937,50	10.876.735,63	
22- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE MARIANA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Salvo o disposto em 15/04/2016 (G)

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE				PREVISÃO
	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019	PREVISÃO
23- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00
25- OUTRAS	23.024.998,06	23.715.748,02	24.422.220,47	24.422.220,47
26- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25)	58.072.848,31	57.755.033,79	59.487.684,80	59.487.684,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL.				
27- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-32.540.500,00	-33.516.715,00	-34.522.216,45	
28- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	
29- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (11,3)	0,00	0,00	0,00	
30- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	
31- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	
32- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (27 + 28 + 29 + 30 + 31)	\$2.540.500,00	-33.516.715,00	-34.522.216,45	
33- TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (20 + 21) - (32)	65.588.350,25	67.556.000,77	69.582.680,78	
34- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE* ((33)/(31) x 100)%	35,52	35,52	35,52	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE				
OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
35- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
36- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.600.000,00	1.648.000,00	1.697.440,00	
37- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	
38- PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	
39- TOTAL DAS OUTRAS PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (35 + 36 + 37 + 38)	1.600.000,00	1.648.000,00	1.697.440,00	
40- TOTAL GERAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM MDE (26 + 39)	57.672.848,31	59.403.033,79	61.185.124,80	

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13 / 06 / 2016

Caput do artigo 212 da CF/1988
Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício financeiro, de acordo com o disposto no art. 11, V.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

MUNICÍPIO DE MARIANA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2017
Sessão: Aprovado em 15/04/2016 (C)

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 12 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 29 / 06 / 2016

Presidente

Secretário

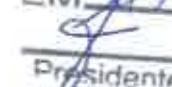
RECEITAS	PREVISÃO		
	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)			
Impostos			
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	184.648.500,00	190.187.965,00	195.891.583,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	21.400.000,00	22.042.000,00	22.703.260,00
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens e Direitos sobre Imóveis - ITBI	1.980.000,00	2.059.400,00	2.100.582,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	19.000.000,00	19.570.000,00	20.157.100,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	420.000,00	432.600,00	445.578,00
Divida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa de Impostos Recolhidas de Transferências Constitucionais Legais	178.000,00	183.340,00	188.640,22
Da União	263.000,00	270.890,00	279.016,71
Cota-Parte Fundo da Participação dos Municípios - FPM	105.000,00	108.150,00	111.394,51
Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	162.702.500,00	167.583.575,00	172.611.082,25
Transferência Financeira nos Estados, DF e Municípios - Lei Complementar nº 87/1996 Do Estado	27.000.000,00	27.810.000,00	28.644.300,00
Cota-Parte do ICMS	412.500,00	424.875,00	437.621,25
Cota-Parte do IPI, Exportação	1.050.000,00	1.081.500,00	1.113.945,00
Cota-Parte do IPVA	134.240.000,00	138.267.200,00	142.415.216,00
Cota-Parte do IPB, Exportação	127.200.000,00	131.016.000,00	134.946.480,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMs	2.000.000,00	2.060.000,00	2.121.800,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Industrial e Commercial - IPI	5.040.000,00	5.191.200,00	5.346.936,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Renda - IR	370.000,00	381.100,00	392.532,99
Cota-Parte do Imposto sobre Selos - ICS	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPI	340.000,00	350.200,00	360.706,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Importação - IPI	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMs	30.000,00	30.900,00	31.826,99
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Industrial e Commercial - IPI	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Imposto sobre a Renda - IR	139.987.500,00	144.665.525,00	148.491.520,75
Cota-Parte do Imposto sobre a Importação - IPI	-34.986.000,00	-36.035.580,00	-37.116.647,40
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)			
Da União para o Município	290.000.000,00	298.700.000,00	307.661.000,03
Do Estado para o Município			
Demais Municípios para o Município			
Outras Receitas do SUS			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)			
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF			
TOTAL			
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais	54.296.539,98	55.925.436,17	57.603.199,30
Juros e Encargos da Dívida	38.085.203,76	39.227.759,87	40.404.592,68
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL			
623.853,62	16.697.676,30	17.198.606,62	661.846,21

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		LDO 2017	Priorização 2018	Projeção 2019
Investimentos		623.883,52	642.569,14	661.846,21
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)		54.920.393,50	56.568.005,31	58.265.045,51
PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		LDO 2017	Priorização 2018	Projeção 2019
CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM <u>27/10/2016</u>				
Presidente	<i>[Assinatura]</i>	54.920.393,50	56.568.005,31	58.265.045,51
Secretário	<i>[Assinatura]</i>	0,00	0,00	0,00
(i) PRIORIDADES DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(ii) PRIORIDADES DAS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE				
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		5.610.556,99	-5.778.872,67	5.952.238,85
Recursos de Operações de Crédito		5.610.555,99	-5.778.872,67	5.952.238,85
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)		49.309.837,51	50.789.132,64	52.312.806,66
PERCENTUAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (IV / I)		26,7%	26,7%	26,7%
PRIORIDADES DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		LDO 2017	Priorização 2018	Projeção 2019
CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM <u>20/10/2016</u>				
Presidente	<i>[Assinatura]</i>	24.784.275,00	25.627.503,25	26.293.837,37
Secretário	<i>[Assinatura]</i>	21.152.258,51	21.786.827,30	22.440.432,13
(i) Administração Geral				
Atendência Hospitalar e Ambulatorial		3.854.486,99	4.073.121,60	4.195.315,24
Atendimento Básico		2.638.854,00	2.924.019,62	3.011.740,21
Suporte Prolífico e Terapêutico		1.521.118,00	1.566.751,54	1.613.754,09
Vigilância Epidemiológica		669.400,00	689.482,00	710.166,47
Vigilância Sanitária				
TOTAL		54.920.393,50	56.568.005,31	58.265.045,51
CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA APROVADO POR UNANIMIDADE EM <u>23/10/2016</u>				
Presidente	<i>[Assinatura]</i>			

PREVISÃO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL

	LDO 2017	Projeção 2018	PRIORIDADES	Projeção 2019
PRIORIDADES DAS DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo	145.637.404,46	150.006.526,62	154.506.721,88	
Pessoal Inativos e Pensionistas	142.340.379,46	146.610.599,87	151.008.908,06	
Outras prioridades das despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) (II)	3.297.025,00	3.395.925,75	3.497.813,82	
PRIORIDADES DAS DESPESAS NAO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (III)	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.129.500,00	3.223.385,00	3.320.086,55	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	
Prioridades das Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00	309.000,00	318.270,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.500,00	4.635,00	4.774,05	
Convocação Extraordinária (Inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	2.825.000,00	2.909.750,00	2.997.042,50	
TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	142.507.904,46	146.783.141,62	151.186.635,33	
% DO TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	251.473.731,65	259.017.943,60	266.788.481,94	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	56,67	56,67	56,67	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 57%	150.884.298,99	155.410.766,16	160.073.089,16	
	143.340.027,04	147.640.227,85	152.068.434,71	

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 27/06/2016
 Presidente
 Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 20/06/2016
 Presidente
 Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MARIANA
APROVADO POR UNANIMIDADE
EM 13/06/2016
 Presidente
 Secretário